Relatório de Gestão e Contas

2012

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

Relatório de Gestão e Contas
2012

LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Capital Social: 5 000 000 Euros
Sede Social: Mitrena – 2910-738 Setúbal
Conservatória do Registo Comercial de Setúbal
Matrícula N.º 503 847 151
Pessoa Colectiva N.º 503 847 151

Relatório de Gestão e Contas
2012

LISNAVE
ESTALEIROS NAVAIS, S.A.

LISNAVE | ESTALEIROS NAVAIS, S.A.
Relatório de Gestão e Contas 2012

Design de Comunicação e Produção
DDLX [www.ddlx.pt]
Direcção de Arte **José Teófilo Duarte**
Design e Paginação **Eva Monteiro** | **João Silva**

Impressão e Acabamento
Regiset

Março 2013

ÍNDICE

Membros dos Órgãos Sociais 7

Convocatória da Assembleia Geral Anual de Accionistas 9

Relatório do Conselho de Administração 13

► 1 Introdução 13

► 2 Considerações Gerais sobre o Mercado 18

► 3 Actividade de Reparação/Manutenção Naval 22

► 4 Investimentos/Outros 24

► 5 Recursos Humanos 26

► 6 Situação Económica e Financeira 30

► 7 Perspectivas de Actividade para 2012 39

► 8 Proposta de Aplicação de Resultados 41

► 9 Referências Finais 41

Balanço 46

Demonstração de Capital Próprio 48

Demonstração de Resultados 49

Demonstração dos Fluxos de Caixa 50

Anexo 52

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 93

Certificação Legal das Contas 95

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 22 de Março de 2013 Relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Respeitante ao Exercício de 2012 96

Delegações e Representações 99

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÉNIO 2009-2012

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Vice-Presidente:
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro
Secretário:
Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

Conselho de Administração

Presidente:
Eng. José António Leite Mendes Rodrigues
Vogais:
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

Comissão Executiva

Presidente:
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Vogais:
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos

Conselho Fiscal

Presidente:
Sr. Francisco José da Silva
Vogais:
Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia
"Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC"
– representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva
Suplente:
Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos - ROC

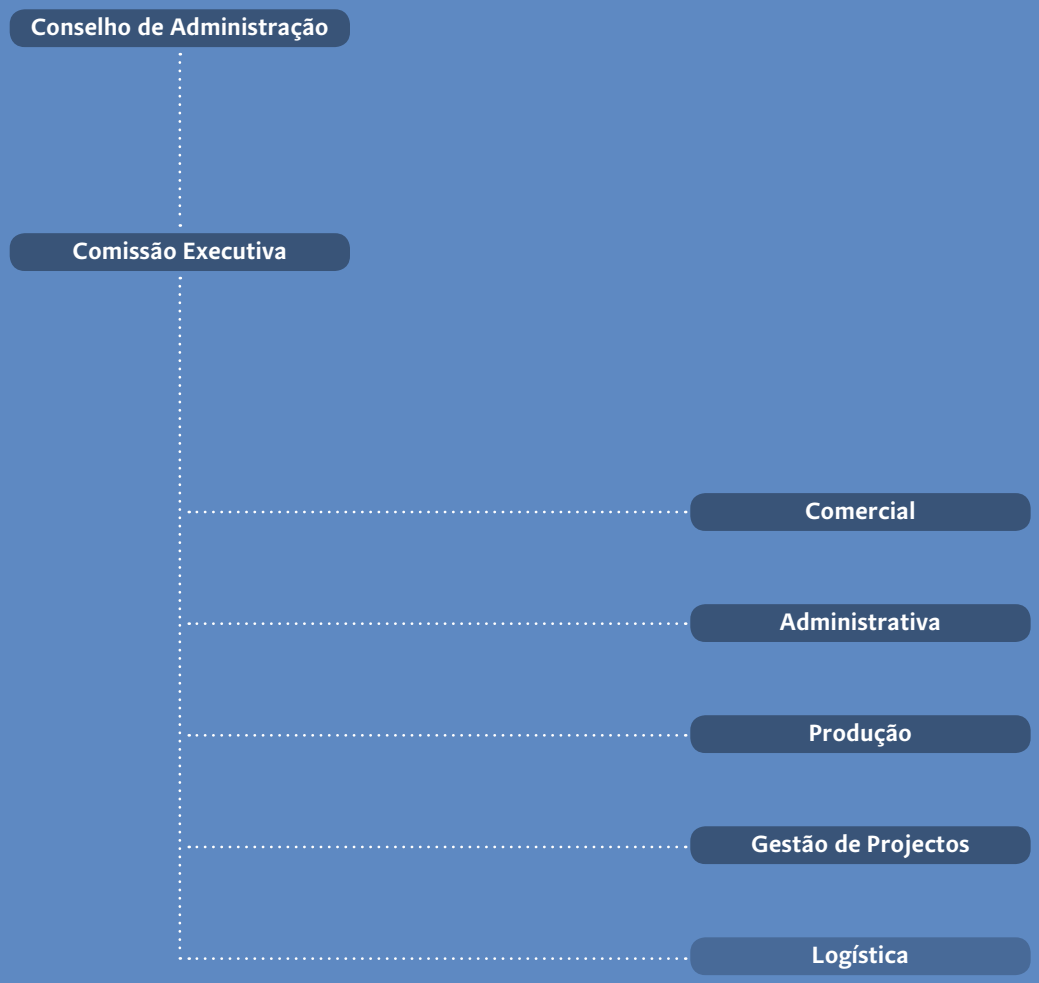
Secretário da Sociedade

Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Comissão de Vencimentos

Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Secretário:
Dr. Walter Klausmann

ESTRUTURA DA EMPRESA



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS

Convocatória

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, é convocada a Assembleia Geral Anual de Accionistas da Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., para reunir, no dia 22 de Março de 2013, pelas 11:00 Horas, na Sede da Sociedade, no Estaleiro da Mitrena, Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1º – Deliberar sobre o Relatório De Gestão e Contas do Exercício de 2012;
2º – Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal;
3º – Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;
4º – Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;
5º – Proceder à eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o Quadriénio 2013 – 2016.

No prazo legal, ficam à disposição dos Senhores Accionistas, na Sede da Sociedade e no respectivo Sitio na Internet, os elementos constantes do artigo 28 9º do Código das Sociedades Comerciais e os respeitantes aos pontos que constituem a Ordem de Trabalhos.

Nos termos da Lei e do Contrato Social a Assembleia Geral é constituída pelos Accionistas com direito a voto que possuam, pelo menos, cem Acções devidamente registadas em seu nome até dez dias antes da data da Assembleia Geral. A cada cem Acções corresponderá um voto.

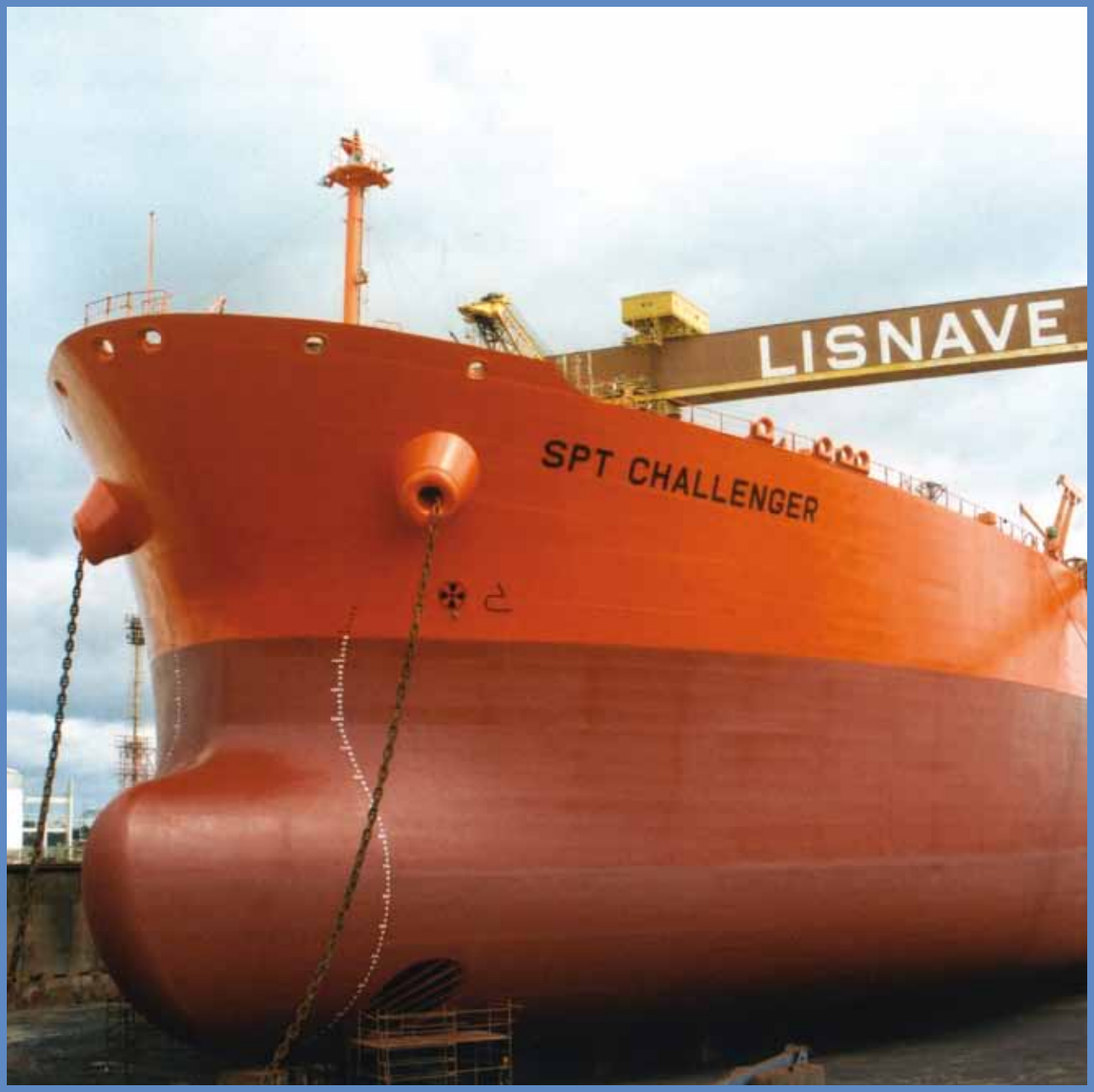
Para o efeito, os Senhores Accionistas que queiram estar presentes naquela Assembleia deverão informar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta, com assinatura reconhecida notarialmente, ou certificada pela Sociedade, devendo neste caso solicitar às instituições financeiras onde se encontram registadas as Acções que comuniquem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a existência de tal registo, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral só poderá reunir, em primeira Convocatória, estando presentes ou representados Accionistas representantes de, pelo menos, cinquenta por cento do Capital Social.

Não poderão assistir à Assembleia Geral os Accionistas que não tenham direito a voto.

Setúbal, 18 de Fevereiro de 2013
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins

SEAEDEN


LISNAVE
SPT CHALLENGER

RIO GRANDE
3

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 | Introdução

A Lisnave, Estaleiros Navais, S.A., cuja actividade se manteve fortemente condicionada pelos efeitos induzidos pela crise da economia internacional, que se têm vindo a sentir, desde o ano de 2009, de forma progressiva neste sector de actividade, enfrentou no ano de 2012 a pior situação de mercado dos anos de 2000.

Efectivamente, a procura, medida em número de consultas, atingiu o seu nível mais baixo, com apenas 483 consultas recebidas, situação que só encontra paralelo no ano em que se começaram a sentir neste sector os efeitos da crise mundial, mas mesmo assim, para pior, pois em 2009 este indicador fixou-se em 520 consultas.

Apesar desta situação adversa, a Lisnave registou, no Exercício de 2012, um desempenho global positivo.

De facto, embora se tenha registando este forte agravamento a nível da procura, a Lisnave conseguiu compensar esta acentuada quebra com um índice de sucesso comercial que recuperou dois pontos percentuais relativamente ao ano anterior, o que lhe permitiu manter o mesmo número de navios reparados.

De evidenciar, que este nível de desempenho confirma, uma vez mais, o acerto das opções estratégicas oportunamente definidas, que demonstram que a Lisnave se encontra mais preparada para enfrentar os desafios, cada vez mais acentuados, do mercado muito concorrencial em que opera.

O Conselho de Administração, antes da análise ao Exercício e como vem sendo hábito em anos anteriores, pretende, dada a importância dos indicadores de actividade, quer em termos regionais, quer sobretudo a nível nacional, evidenciar que a Lisnave, no período que decorre desde o segundo semestre de 1997, início do Plano de Reestruturação, até ao final do presente Exercício, procedeu à reparação/manutenção de 1.940 navios, provenientes de mais de 5 dezenas de países de todo o mundo, o que se traduziu em Vendas de 1,69 mil milhões de Euros, dos quais uns expressivos 1,6 mil milhões para exportação.

Com este volume de actividade, foram assegurados, o pagamento de Salários globais equivalentes a 967 milhões de Euros e entregas ao Estado, em contribuições para a Segurança Social, IRS e outros Impostos, de cerca de 171 milhões de Euros.

O Exercício de 2012

A Lisnave, apesar de ter enfrentado condições de mercado particularmente adversas, atingiu, no Exercício em análise, um nível de desempenho globalmente positivo.

Fruto da actividade comercial desenvolvida e do nível de satisfação dos seus clientes que lhe permitiu assegurar um volume significativo do designado "Repeated Business", a Lisnave conseguiu atenuar o efeito da degradação do mercado, através do incremento da taxa de sucesso comercial de negociação de encomendas que aumentou 2 pontos percentuais, para os 20%. O conteúdo médio de trabalhos por navio, por razões diversas, inerentes ao Armador, continuou em queda, fixando-se a factura média nos 792 mil Euros, ligeiramente abaixo dos 800 mil Euros do Exercício anterior, mas muito abaixo dos mais de 1 Milhão de Euros de 2008 ou 2009.

Efectivamente, os Armadores continuam a enfrentar, no desenvolvimento da sua actividade, para além de outros

constrangimentos, uma dificuldade crescente, resultante da redução da sua liquidez, provocada pelo aumento do rigor na concessão de crédito - quer pelo aumento dos custos de financiamento dos investimentos em navios novos, quer pela rarefacção do crédito à exploração.

De entre aqueles constrangimentos, sobressai o valor das taxas de frete médias diárias que, entre outras razões, nomeadamente em consequência do crescimento da oferta resultante da enorme quantidade de navios novos que têm vindo, ano após ano, a entrar em operação, se manteve, pelo quarto ano consecutivo, em níveis dramaticamente baixos e sempre decrescentes.

De facto, os valores médios de taxa de frete de um Petroleiro "Suezmax Moderno", fixaram-se em cerca de 16,2 mil Dólares, valor inferior aos 19,6 mil Dólares/dia verificados no ano anterior e que é cerca de um terço da taxa média diária de 47,5 mil Dólares, do afretamento em 2008. Evolução ainda mais negativa têm verificado as taxas dum Graneleiro "Capesize", com os respectivos montantes médios anuais a situarem-se na casa duns impensáveis 11,4 mil Dólares diários, pouco mais que um terço dos 32 mil Dólares/dia verificados em 2010, mas apenas cerca de 11,5% das taxas médias de cerca de 100 mil Dólares por dia que estes navios conseguiram obter nos anos de 2007 e 2008.

A Lisnave, neste contexto de expressiva degradação do mercado, igualmente influenciado pela cotação elevada do Euro face ao Dólar dos EUA, concluiu o Exercício de 2012 com um volume de Vendas de Reparação Naval de 79,9 milhões de Euros, o que representa apenas cerca de 1 milhão menos que no ano anterior, mas cerca de 38 milhões menos do que em 2009.

O total dos Rendimentos de Exploração fixou-se em 85,35 milhões de Euros, isto é, cerca de 1,65 milhões de Euros mais do que no ano de 2011, mas o total dos Gastos de Exploração verificaram um crescimento de cerca de 2 milhões. Em consequência, os Resultados Líquidos do Exercício tiveram uma ligeira redução, fixando-se em 4,985 milhões de Euros positivos.

A Situação Líquida aumentou, ligeiramente, para os 31,2 milhões de Euros, valor seis vezes superior ao Capital Social.

A Lisnave, por outro lado, manteve as suas tradicionais características de Empresa fortemente exportadora, tendo vendido para o mercado externo 79,4 milhões de Euros de serviços de Manutenção e Reparação, não tendo, no Exercício, procedido à reparação de nenhum navio de pavilhão nacional.

No que se refere ao Activo Imobilizado, o montante dos Investimentos, tendo em atenção as condições de reduzida libertação de meios do Exercício, foi de apenas 174 mil Euros. De relevar, contudo, que o montante total de Investimentos realizados, desde o Exercício de 2000, ascende já a 30,2 milhões de Euros.

De notar, por outro lado, o valor muito significativo de custos incorridos, no presente Exercício, com grandes reparações de infra-estruturas e equipamentos, no montante de 1,99 milhões de Euros.

Sendo embora da responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infraestruturas Navais, de referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a reabilitação da rede eléctrica do Estaleiro e o Projecto de Reabilitação da Ponte Cais 3, nos quais foram investidos cerca de 290 mil Euros. De notar que os Investimentos com a Reabilitação do Estaleiro, iniciada em 2008 e onde assume particular destaque a reparação estrutural da Doca 20, totalizam já 11,6 milhões de Euros.

A Lisnave, no que se refere a volume de trabalho, assegurou o seu habitual elevado nível de empregabilidade, ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, garantindo emprego equivalente a cerca de 47,3 milhões de Euros, a que correspondem, em média, pouco menos de 2 mil pessoas por dia.

De realçar, ainda, que o Exercício foi concluído sem dívidas vencidas, quer aos Trabalhadores, quer ao Estado, ao qual foram entregues em IRS, Contribuições para a Segurança Social e outros Impostos, cerca de 6,4 milhões de Euros, incluindo cerca de 2,8 milhões, relativos a Impostos sobre Rendimentos do Exercício.

No âmbito dos Recursos Humanos, é de referir que, na sequência da correspondente aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, foi atribuída, em Abril passado, uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa.

Recorde-se entretanto que, como o Conselho de Administração referiu oportunamente, a Lisnave, dada a indisponibilidade reiteradamente manifestada pelos Representantes dos Trabalhadores para celebrarem um Acordo de Empresa adequado às características da actividade, decidiu redireccionar a sua estratégia de Recursos Humanos, a qual passou a contar com a colaboração estreita da LisnaveYards, Empresa constituída no âmbito Accionista.

Esta Empresa, cujo objecto social é semelhante ao da Lisnave, iniciou, como é sabido, a sua actividade de Prestação de Serviços em Fevereiro de 2009, tendo actualmente ao seu serviço, 140 Trabalhadores, a grande maioria dos quais, Directos, integrando 131 deles, o Quadro permanente.

No que respeita a Responsabilidade Social, a Lisnave prosseguiu com a sua Política de apoios, associando-se a diversas entidades e organizações, com incidência prioritária na área social, através da concessão de donativos, que ascenderam, no Exercício, ao montante de 85 mil Euros.

A Lisnave manteve, no Exercício, a Certificação ISO 9001:2008, mantendo, igualmente, o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS e o Licenciamento Ambiental do Estaleiro da Mitrena, tendo iniciado os procedimentos conducentes à obtenção da Certificação Ambiental.

A Estrutura Accionista, na sequência da transferência das 29.666 acções anteriormente detidas pelo Estado Português para a Parpública, era, em 31 de Dezembro de 2012, a seguinte:

Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	72,83%
Thyssenkrupp Industrial Solutions AG	20,00%
Parpública, S.A.	2,97%
Outros Accionistas	4,20%

O Conselho de Administração, antes de concluir a apreciação geral do Exercício, deseja manifestar a sua satisfação pelo facto de ter sido possível, na sequência da competente aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas de 2012, proceder, pelo sétimo ano consecutivo, à remuneração dos capitais investidos pelos mais de 200 Accionistas da Empresa.

Perspectivas para o Exercício de 2013

Não se apresentam favoráveis, as perspectivas para a actividade no Exercício de 2013.

Com efeito, apesar da expectativa de alguma recuperação da expressiva queda das trocas comerciais verificada desde 2009, espera-se que os efeitos da situação de baixo nível de crescimento económico, que se têm vindo a

verificar, venham ainda a perdurar no ano de 2013 e que os Armadores, em função da reduzida rentabilidade dos seus negócios nos últimos quatro anos, se vejam forçados a manter uma postura de contenção com os seus orçamentos de manutenção.

O Conselho de Administração, ciente de que esta situação, agravada pela entrada em operação de várias centenas de navios novos, prevista para 2013 (8% e 15% da tonelagem da frota actual de transportadores de graneis líquidos e sólidos respectivamente), vai continuar a manter o mercado de Reparação Naval vendedor e, desta forma, manter um elevado nível de agressividade de concorrência, manifesta aos Senhores Accionistas, apesar do elevado nível de qualidade, responsabilidade e envolvimento, que a Gestão e os restantes Colaboradores, a todos os níveis, têm vindo a demonstrar, o seu sentimento de moderada preocupação, relativamente às perspectivas de actividade da Lisnave para o Ano Económico de 2013.

2 | Considerações Gerais sobre o Mercado

Conjuntura

Depois da recuperação verificada no seguimento da recessão do ano de 2009, um grande número de países desenvolvidos viu as suas economias decrescer novamente em 2012, provocando aumento do desemprego que, por sua vez, provoca diminuição da procura interna de bens e serviços, diminuição de impostos cobrados, aumento das despesas dos Estados e consequentemente, aumento dos seus défices, continuando, quatro anos depois, a economia mundial, a lutar pela sua recuperação.

Durante o ano de 2012, segundo as Nações Unidas, no seu relatório anual "World Economic Situation and Prospects 2013" o crescimento económico mundial enfraqueceu ainda mais, atingindo os 2,2% depois de ter crescido 2,7% em 2011 e 4,0% em 2010.

Na União Europeia, onde várias economias estão em recessão, estima-se que durante o ano de 2012 a economia tenha tido um decréscimo de 0,3%, tendo, na Zona Euro, o decréscimo sido ainda superior, atingindo os 0,5%.

Nos Estados Unidos da América a economia continua a crescer a ritmo muito lento apesar dos incentivos dados

pela Reserva Federal, estimando-se que no ano de 2012 tenha crescido 2,1%, ainda assim, um crescimento superior ao do ano de 2011 que tinha sido de 1,8%.

No Japão, principalmente devido à reparação dos estragos provocados pelo Tsunami do ano de 2011 e às medidas adoptadas pelo Governo para estimular o consumo interno, a economia, estima-se que tenha crescido 1,5%, depois de ter decrescido 0,7% no ano de 2011.

As economias em vias de desenvolvimento, até agora, não têm sido muito afectadas, mas a redução da procura nos países desenvolvidos, está a provocar uma redução das importações destes países, afectando negativamente as suas economias.

Nos países em desenvolvimento da Ásia, cujos motores têm sido a China e a India, a redução das exportações e do investimento interno, fizeram com que a sua taxa de crescimento tivesse reduzido, atingindo os 5,5% em 2012 depois de ter crescido 6,8% em 2011 e 9,0% em 2010. A economia Chinesa cresceu 7,7% depois de ter crescido 9,2% em 2011, tendo a economia Indiana crescido 5,5% depois de ter crescido 6,9% em 2011.

Consequência também, da redução das exportações, as economias da América Latina e Caraíbas sofreram uma redução da sua taxa de crescimento, atingindo no ano de 2012 os 3,1%, depois de terem crescido 4,3% em 2011.

Resultado do clima económico exposto, a taxa de crescimento do comércio mundial sofreu uma redução brusca durante o ano de 2012, principalmente devido à forte redução das importações Europeias e à fraca procura das economias dos Estados Unidos da América e do Japão, atingindo os 3,3% depois dos 7,0% em 2011.

Evolução da Frota Mercante Mundial e Taxas de Frete

Segundo a Clarkson e em relação às frotas de granéis acima de 10 000 TPB, a frota de granéis líquidos, cresceu durante o ano de 2012 cerca de 1,6% em número de navios, depois de no ano de 2011 ter crescido cerca de 3,7%. No fim do ano de 2012, esta frota tinha atingido os 492,7 milhões de TPB, a que correspondeu um crescimento de 3,5% em relação ao final do ano de 2011, ano em que tinha crescido 5,2%.

Em termos de entregas de novas construções, foram entregues 263 navios com uma capacidade total de transporte de cerca de 32,3 milhões de TPB, correspondendo a cerca de 6,6% da actual capacidade desta frota.

No que a demolições se refere, foram vendidos para abate 131 navios, com uma capacidade de 11,8 milhões de TPB correspondentes a 2,4% da capacidade da frota actual.

A frota de granéis sólidos, no ano de 2012, teve um crescimento de 6,8% em número de navios e de 11,1% em TPB, atingindo no final do ano os 679,2 milhões de TPB, tendo sido entregues 1185 navios com uma capacidade de cerca de 97,8 milhões de TPB o que corresponde a cerca de 14,4% da capacidade actual desta frota e vendidos para abate, 557 navios com uma capacidade de 32,9 milhões de TPB correspondentes a cerca de 4,8% da capacidade actual desta frota.

O valor do aço vendido para demolição, no mercado Indiano, durante o ano de 2012, sofreu uma redução média de cerca de 12% em relação ao ano de 2011, atingindo os 420 dólares por tonelada para os petroleiros e os 405 dólares por tonelada para os Graneleiros.

No fim do ano de 2012, a carteira de encomendas de navios novos destinados ao transporte de granéis líquidos, era de 534 navios com uma capacidade de transporte de

58,0 milhões de TPB, ou seja, uma tonelagem correspondente a 11,8% da tonelagem da frota actual. Destes 58,0 milhões de TPB, 40,0 milhões de TPB – correspondentes a 8,1% da frota actual – têm data prevista de entrega durante o ano de 2013.

Na frota de transporte de granéis sólidos, a carteira de encomenda de navios novos era composta por 1711 navios, com uma capacidade de transporte de 136,2 milhões de TPB o que corresponde a 20,0% da frota actual, tendo 101,2 milhões de TPB, - 14,9% da frota actual – entrega prevista para o ano de 2013.

Apesar de se estimar que a procura de transporte marítimo mundial tenha crescido cerca de 4,1%, com o transporte de granéis líquidos a crescer cerca de 2,1% e o do transporte de granéis sólidos a crescer cerca de 4,8%, devido ao aumento de oferta de transporte – cerca de 3,5% na frota de transporte de granéis líquidos e cerca de 11,1% na frota de transporte de granéis sólidos – o ano de 2012, no seguimento do que já tinha acontecido no ano anterior, foi mais uma vez um ano de muito fraca rentabilidade para os Armadores.

No caso do Suezmax Moderno a taxa de frete média no afretamento a prazo, no ano de 2012, foi de cerca de 16 200 dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 17% em relação ao valor médio de 2011.

Taxa de Frete de Petroleiros
Suezmax Moderno

Médias mensais
Fonte: Platou

No caso da frota de granéis sólidos, a redução ainda foi maior. Assim, no caso dos Capesize com afretamento a um ano, os valores médios foram de cerca de 11 400 dólares dos EUA por dia, uma redução de cerca de 29% em relação aos valores médios do ano de 2011.

Taxa de Frete de Graneleiros
Capesize – 12 meses

Médias mensais
Fonte: Platou

3 | Actividade de Reparação/Manutenção Naval

Procura

Como consequência da redução da taxa de crescimento do comércio mundial, que passou de 7,0% em 2011 para cerca de 3,3% em 2012, do rejuvenescimento da idade das frotas, devido ao grande volume de entregas de novas construções dos últimos anos e da redução da taxa de utilização das frotas, a procura de reparação naval para a Lisnave, cujo mercado é mundial, medida em número de consultas, sofreu uma redução significativa, tendo atingido valores semelhantes aos verificados antes da crise de 2009.

A referida baixa das taxas de frete, originou que a redução de liquidez dos operadores, já verificada nos últimos anos, se acentuasse ainda mais durante o ano de 2012, o que os levou a procurar reduzir os custos operacionais das suas frotas através do adiamento das respectivas acções de manutenção e pela escolha de reparadores mais baratos e eventualmente menos qualificados.

Assim, nas negociações de consultas realizadas durante o ano de 2012 foram geradas 96 encomendas, menos cerca de 11,9% que no ano de 2011, tendo a taxa de sucesso comercial aumentado de 18% para 20%, quer devido à actividade comercial desenvolvida pela Lisnave, quer ao nível de satisfação manifestado pelos seus Clientes.

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
Consultas	483	617	571	520	568
Encomendas	96	109	114	107	135
Taxa de Sucesso Comercial	20	18	20	19	22

Actividade Desenvolvida

Terminaram a reparação, na Lisnave, durante o ano de 2012, 101 navios, 94 dos quais em doca, tendo em termos de volume de trabalho, no segmento de reparação de rotina, a actividade, em termos médios, sido muito semelhante à do ano anterior.

No segmento de grandes reparações, a Lisnave reparou um navio graneleiro no qual foi efectuada uma grande reparação de aço, tendo sido substituídas cerca de 470 toneladas.

Ainda em termos de substituição significativa de aço, foram reparados durante o ano de 2012, mais dois navios, uma draga, onde foram substituídas cerca de 160 toneladas e um navio petroleiro, onde devido a uma avaria de fundo, foram substituídas cerca de 250 toneladas.

Anos	Nacional	Estrangeiro	Total	Em Doca
2012	0	101	101	94
2011	0	101	101	92
2010	1	113	114	106
2009	2	114	116	112
2008	1	137	138	130

Como nos anos anteriores, a actividade da Lisnave centrou-se nos seus segmentos de mercado tradicionais – navios de transporte de granéis líquidos e sólidos – constituindo estes, em número, cerca de 77% da actividade, sendo de realçar a penetração noutros segmentos de mercado, tais como o de navios porta contentores com 10% dos navios reparados e o de transportadores de gás com 7% dos navios reparados.

Dada a globalização do mercado da Lisnave, os navios reparados durante o ano de 2012 foram originários de 60 Clientes localizados em 23 países sendo os de maior

significado, em termos de número, Singapura com 22 navios, Grécia com 15 navios, Chipre com 10 navios e o Japão com 9 navios.

4 | Investimentos/Outros

A LISNAVE, dando continuidade à sua política de investimentos e renovação de infraestruturas, com o objectivo de garantir a manutenção das necessárias condições de operacionalidade do Estaleiro, tem, à semelhança dos anos anteriores, assegurado o investimento, quer em novos meios, quer em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes, sendo de salientar que os montantes acumulados de investimentos efectuados, desde o ano 2000, já ascendem a cerca de 30,2 milhões de Euros, dos quais 20,1 milhões em novos investimentos e cerca de 10,1 milhões em grandes reparações em infraestruturas e equipamentos existentes.

No Exercício em análise, a LISNAVE suportou ainda custos de 1,99 milhões de Euros com grandes reparações de infraestruturas e equipamentos.

Ao nível dos novos investimentos, importa salientar, para além da manutenção e recuperação de alguns edifícios e em particular do refeitório principal, a aquisição de diverso equipamento informático, de novos equipamentos e ferramentas na área da produção, a progressiva renovação da rede eléctrica, a construção de novos picadeiros e a manufactura de material de andaimes.

Em termos de grandes reparações, importa evidenciar as reparações levadas a cabo nas comportas intermédias

e exterior da Doca 21 e na Comporta da Eclusa do Hydrolift, as dragagens dos Cais e Hydrolift, a substituição de aço em 3 batelões de apoio à actividade, a reparação das cabines de 18 guindastes e a implementação dum Sistema de Gestão e Monitorização do Consumo de Energia.

De referir, por outro lado, os Investimentos relacionados com a reabilitação eléctrica do Estaleiro e com os projectos de reabilitação estrutural da ponte cais 3 e viaduto rodoviário de acesso ao Estaleiro, tendo sido investidos cerca de 330 mil Euros, os quais, sendo embora da responsabilidade da Concessionária, Lisnave Infraestruturas Navais, acrescem aos investimentos efectuados nos Exercícios anteriores, nomeadamente na reparação estrutural da Doca 20 e reabilitação eléctrica do Estaleiro, totalizando mais de 11,6 milhões de Euros.

Protecção Ambiental

A Lisnave, em termos ambientais, para além de dar cumprimento às obrigações decorrentes da sua Licença Ambiental, tem continuado a desenvolver, de forma sistemática, a melhoria das suas práticas ambientais.

Neste sentido, a lisnave iniciou em 2012 o processo de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a Norma ISO 14001, sendo seu objectivo obter a Certificação correspondente durante o ano de 2013.

Neste âmbito, importa ainda evidenciar que, tendo em vista prosseguir com o programa de eliminação da granalha residual existente no Estaleiro, já foi encaminhada para as Empresas Cimenteiras, nos termos dos Acordos celebrados, uma quantidade que se estima em mais de 245.000 toneladas, sendo que, durante o ano de 2012, foram enviadas, para além de toda a granalha produzida durante o Exercício, mais 4.978 toneladas daquela granalha residual.

Tecnologias de Informação

A Lisnave, no âmbito da actualização e melhoria contínua do seu Sistema Informático, tem vindo a proceder, de forma gradual, à sua reestruturação, implementando alguns novos projectos de melhoria contínua, nomeadamente no que concerne à Gestão dos Servidores Centrais e Administração de Sistemas SAP, tendo procedido, designadamente, a um aumento da largura de banda disponível, permitindo assim uma melhoria substancial no acesso à Internet, quer pelos utilizadores internos, quer pelos Clientes.

Por outro lado, em termos de renovação de "hardware", para além de ter sido dada continuidade à renovação do Parque Informático, importa salientar a substituição, em curso, do actual sistema de acesso remoto (SSL Explorer), pelo VMware View, sistema mais moderno, eficaz e seguro.

Certificações

A Lisnave tem vindo a assumir a Qualidade como factor de sucesso, melhorando continuamente a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade e as competências da Empresa.

A Lisnave, durante o ano de 2012, manteve a Certificação de acordo com a norma ISO 9001-2008, bem como o Certificado de Protecção do Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias, a Licença Ambiental e a Acreditação do Laboratório de Calibrações.

Investigação e Desenvolvimento

A Lisnave concluiu a sua participação em vários projectos europeus iniciados em anos anteriores, encontrando-se a aguardar, no âmbito da sua política de I&D, a definição de novos projectos, a serem desenvolvidos no âmbito do 7º Programa Quadro.

5 | Recursos Humanos

A Lisnave, reafirmando, uma vez mais, a sua convicção de que é indispensável proceder ao rejuvenescimento da Empresa e à flexibilização da regulamentação do Contrato de Trabalho, como forma de sobrevivência, face às condições de que dispõem os seus concorrentes mais directos, tem vindo a proceder ao ajuste da sua estratégia de Recursos Humanos, depois de ver reiteradamente rejeitadas, por parte dos Órgãos Representativos dos Trabalhadores, as propostas de Acordo de Empresa entretanto apresentadas.

Foi neste contexto que a Lisnave decidiu entre 2006 e 2009 iniciar o desenvolvimento dum primeiro Programa de Formação de Jovens, tendo em vista proporcionar-lhes a aquisição das competências técnicas indispensáveis para os desafios de produtividade futuros e dar início ao processo, inevitável, de rejuvenescimento do seu efectivo, dada a elevada média de idades dos seus Trabalhadores, que constitui um factor limitador, face à condição física exigida pela actividade.

A referida postura dos ORT's, contudo, levou a Lisnave a decidir iniciar, com a colaboração do Accionista Navivessel, os procedimentos legais conducentes à constituição de uma nova Empresa, a qual, tendo um objecto social semelhante ao seu e operando em regime de Prestação de Serviços, passaria a ser, de acordo com as necessidades, a Empresa contratante de todos os Trabalhadores futuros.

Esta nova Empresa, que adoptou a denominação social "LisnaveYards – Naval Services, Lda.", foi legalmente constituída, encontrando-se em actividade de Prestação de Serviços à Lisnave, desde Fevereiro de 2009. No âmbito da Estratégia referida, a LisnaveYards procedeu, entretanto, ao recrutamento da maior parte dos jovens que obtiveram aprovação no Programa de Formação desenvolvido pela Lisnave.

No prosseguimento dessa mesma Estratégia, a Lisnave decidiu, no decurso de 2012, dar continuidade ao investimento realizado, promovendo um novo Plano de Formação de Jovens, com uma duração média de 418 horas, envolvendo cerca de 50 jovens, entre os 26 e os 37 anos de idade.

O objectivo deste Plano, tal como naquele que foi desenvolvido entre 2006 e 2009, foi o de seleccionar e preparar um grupo de jovens para os sectores produtivos com maior necessidade de recursos humanos, proporcionando-lhe as competências básicas indispensáveis, na perspectiva de virem a ser contratados através da LisnaveYards, desde que obtenham um bom nível de aproveitamento.

No final de 2012 a LisnaveYards contava com um efectivo de 140 Trabalhadores das diferentes profissões da actividade, 100 dos quais, Trabalhadores directos, tendo entretanto no decurso do ano, contratado mais um jovem Engenheiro.

Encargos com Remunerações

A Lisnave, ao longo dos últimos anos, tem vindo a implementar uma rigorosa Política de contenção e controlo de custos, que tem possibilitado uma importante recuperação da Empresa, dotando-a, progressivamente, de mais valias competitivas, para enfrentar uma conjuntura de mercado aberto, muito competitivo, com perspectivas económicas internacionais desfavoráveis.

Neste contexto de crescente dificuldade de mercado, o Conselho de Administração, numa atitude responsável de ponderação e prudência, deliberou, em função das perspectivas, que não seria possível proceder a aumentos salariais em 2012.

Contudo, na sequência da aprovação em Assembleia Geral da proposta do Conselho de Administração, foi atribuída a todos os Trabalhadores pertencentes ao efectivo, uma Gratificação de Balanço, composta por uma parte fixa correspondente a 80% da Remuneração Fixa Mensal e por duas partes variáveis, uma em função do Absentismo e outra dependente de Avaliação de Desempenho, correspondendo, agregadamente, a uma gratificação total máxima, de 150% da Remuneração Fixa Mensal. O montante global dos Encargos com Pessoal, cifrou-se em 14,1 milhões de Euros, tal como descriminado no quadro abaixo.

Encargos com pessoal

Rubricas	2012	2011
Remunerações	8.705.715	8.881.153
Trabalho Suplementar	669.303	840.982
Prémios, Subsídios e Outras Remunerações	736.092	770.892
Subtotal	**10.111.110**	**10.493.028**
Encargos Sociais	4.069.685	3.874.242
Total	**14.180.795**	**14.367.270**

(Valores em Euros)

A redução na rubrica "Remunerações" é resultante, fundamentalmente, da saída natural de efectivos verificada ao longo do ano, estando a redução do "Trabalho Suplementar", relacionada com a indisponibilidade manifestada por muitos Trabalhadores para a realização deste tipo de trabalho no decurso do segundo semestre do ano.

Formação e Desenvolvimento

No Exercício de 2012, foram desenvolvidas várias Acções de Formação Profissional, abrangendo 971 Trabalhadores, contemplando áreas consideradas fundamentais para a Empresa, quer pela sua componente técnica, quer em termos comportamentais e de gestão.

Formação Externa | 2012

Áreas de Formação	Total Horas	Total Participantes
Desenvolvimento Pessoal	5.771	111
Qualificação / Reciclagem / Técnicas de Produção	20.115	317
Qualidade, Segurança, Ambiente e Protecção	5.679	475
Hardware e Software	1.245	51
Gestão Financeira, Fiscal e Contabilidade	338	17
Total	**33.148**	**971**

Saúde, Higiene e Segurança

A Lisnave manteve, no Exercício, a sua tradicional preocupação com a saúde dos Trabalhadores.

Nesta perspectiva, para além de intervenções pontuais, foram realizados 588 Exames, 165 dos quais a Trabalhadores da LisnaveYards, subdivididos em 63 Admissões, 363 Periódicos e 162 Ocasionais e Complementares.

No âmbito da Segurança o ano de 2012 caracterizou-se pela tendência de descida dos Índices de Sinistralidade. O Índice de Frequência situou-se nos 28,74 e o Índice de Gravidade nos 0,77, valores que atestam o acerto das políticas desenvolvidas e que representam um dos melhores anos da Lisnave em termos de sinistralidade. Estes dados reflectem não só o facto de se terem registado menos acidentes mas também de os mesmos terem originado menos dias úteis perdidos.

Durante o ano de 2012 receberam informação, formação e treino de acolhimento em Segurança 612 Trabalhadores de empresas prestadoras de serviços. Numa vertente mais focada na actividade do Sector de Prevenção e Segurança, foi ministrada Formação a 152 pessoas, designadamente gestores da Empresa e de outras empresas colaboradoras, chefias directas, estagiários, visitas e elementos de firmas a trabalhar para os clientes, numa base de divulgação da "segurança". No âmbito da colaboração com entidades externas, merecem especial destaque as acções que envolveram Técnicos de Segurança e Higiene do Trabalho, 2 deles mercê de Protocolo de Formação em contexto de trabalho com a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça e 1 com a Escola Básica 2.3 de Azeitão, 3 responsáveis da Escola Nacional de Bombeiros e 2 responsáveis da Lloyd's, um dos quais Gestor de Segurança para a área sudoeste da Europa. De destacar, ainda, asAcções que envolveram 16 Alunos e Professores do Curso de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico e 29 Alunos dos Cursos de Serralheiro Mecânico/Naval da Solisform.

De salientar, por outro lado, a informação e regras de segurança básicas que continuaram a ser distribuídas a todo o pessoal "alheio" que entra nas instalações da Empresa, designadamente vendedores, técnicos externos e visitas e que envolveu 2.246 pessoas.

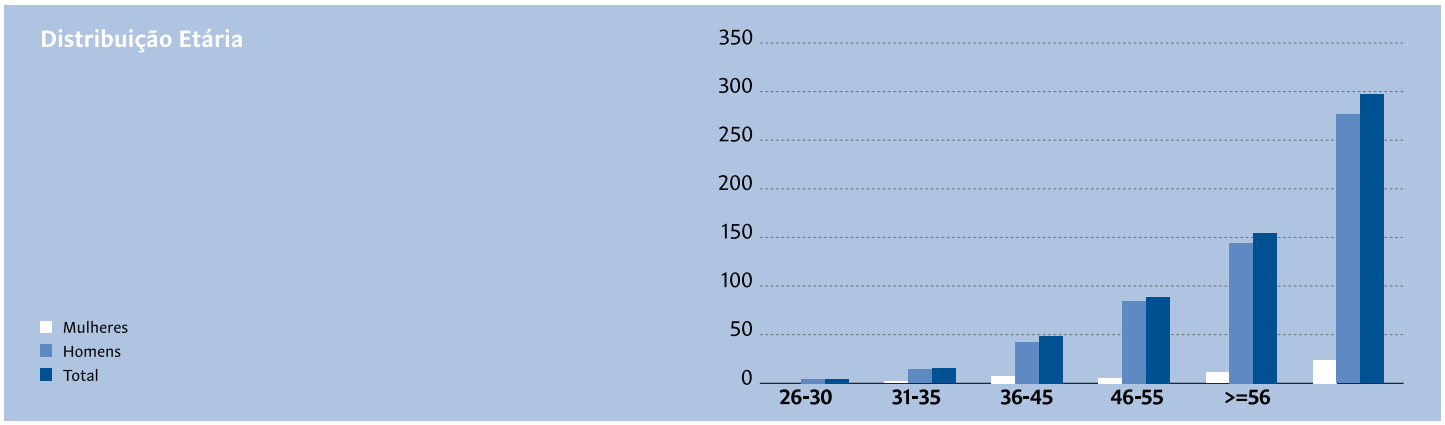
Finalmente, no âmbito desta política e numa perspectiva de prevenção de saúde, a Lisnave promoveu a habitual campanha de vacinação contra a gripe sazonal, à qual corresponderam 51 Trabalhadores.

Outros Indicadores

Comparativamente aos indicadores do final do ano de 2011, a Lisnave viu o seu efectivo reduzido em cerca de 4,47%, o que se ficou a dever, na maioria dos casos, ao ingresso de Trabalhadores, nos termos da Lei, na situação de Reforma antecipada, entretanto suspensa em 6 de Abril e até 2014. Em 31 de Dezembro de 2012, o efectivo global da Lisnave era de 299 Trabalhadores, tendo a idade média aumentado para 53 anos.

Contrariamente à tendência verificada no último ano, registou-se uma redução significativa do índice de absentismo do efectivo Lisnave.

A distribuição etária do efectivo da Lisnave, naquela data, é a que o quadro seguinte apresenta.



6 | Situação Económica e Financeira

Como já foi referido anteriormente, a LISNAVE durante o Exercício de 2012, reparou 101 navios, com uma facturação total de cerca de 80 milhões de Euros.

Conforme se mostra no quadro seguinte, em 2012 manteve-se o número de navios reparados, tendo-se verificado uma quebra de 1,1% no valor das Vendas, relativamente ao ano anterior. A facturação média por navio registada no Exercício, de 792 mil Euros, reflecte a mesma quebra no conteúdo quando comparada com o período homólogo.

Número de Navios e facturação

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
N.º Navios Reparados	101	101	114	116	138
Facturação Total	79,9	80,8	89,6	118,0	145,5
Facturação Média Navio	0,792	0,800	0,786	1,018	1,054

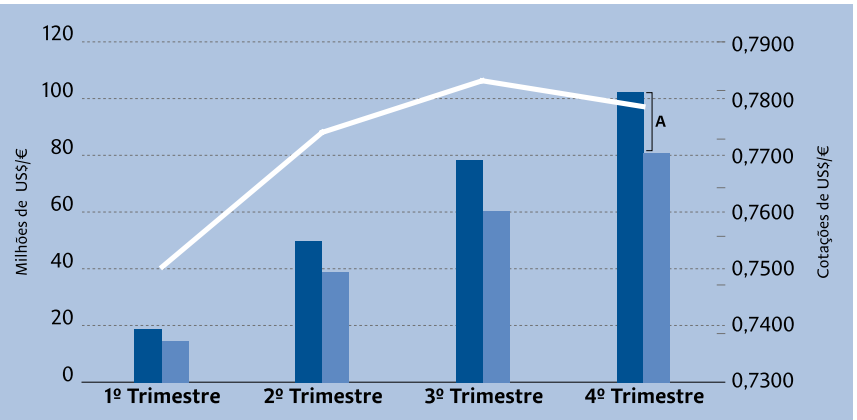
(Valores em Milhões de Euros)

Do conjunto de factores exógenos que afectaram a actividade, importa não descurar neste capítulo, o comportamento do Dólar. Ainda que tenha registado uma valorização no Exercício em apreço, tem continuado a exercer uma forte pressão sobre a competitividade da Empresa, obrigando esta a antecipar as medidas e acções correctivas, indispensáveis à sua adaptação ao mercado global em que se insere, uma vez que os seus principais Clientes continuam a utilizar primordialmente o Dólar nas suas transacções comerciais.

Assim, o início da forte depreciação do Dólar, verificada em 2004, que conduziu a uma taxa média anual de 0,8014 Euros, tem mantido um comportamento de forte volatilidade ao longo dos últimos anos, atingindo o valor médio de 0,7792 do Euro em 2012.

O quadro seguinte mostra o impacto que a relação Dólar/Euro teve ao longo do Exercício de 2012. Assim, e em termos anuais, foi necessário vender um montante de 102,6 milhões de Dólares para se atingir os 79,9 milhões de Euros.

Facturação Acumulada de Reparações e Cotações US$/€ Ano 2012



	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Fact. US$ 2012	18,7	50,0	77,2	102,6
Fact. € 2012	14,0	38,8	60,5	79,9
Cotação US$ / € 2012	0,7490	0,7759	0,7838	0,7792

A = Mais de 22,7 milhões de Dólares

Como nota prévia à análise Económica e Financeira do Exercício de 2012 e para uma melhor compreensão dos mapas que iremos de seguida analisar, deve ser referido que se iniciou em 2010 a implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que veio substituir o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Assim, o SNC veio introduzir mudanças significativas nas práticas contabilísticas utilizadas até 2009, ou seja, um novo plano de contas, uma nova estrutura de apresentação para as demonstrações financeiras e sobretudo, a aplicação de novas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Como resultado desta mudança, a estrutura dos mapas que se mostram neste ponto do Relatório, evidencia nas quatro primeiras colunas a comparação dos Exercícios de 2009 a 2012 em SNC e a última coluna o Exercício de 2008 em POC.

Tendo sempre presente o que acaba de ser referido, voltamos à análise económica do Exercício de 2012, com a apresentação do quadro seguinte, que mostra a evolução do total das Vendas e Prestações de Serviços.

Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
Reparações Navais	79,945	80,809	89,619	118,032	145,484
Rédito dos Navios em Curso (SNC)	-61	-5,150	4,540	-7,550	
Outras Actividades	1,474	2,818	6,862	7,288	3,824
Prestações de Serviços	1,249	1,398	1,489	948	1,234
Total	**82,607**	**79,874**	**102,510**	**118,717**	**150,542**

(Valores em Milhões de Euros)

Este quadro evidencia a evolução das Vendas e Prestações de Serviços do quinquénio 2008/2012. Por força da aplicação das orientações constantes do SNC, e mais concretamente, o especificado na Norma de Rédito (NCRF 20), para feitos comparativos face à sua materialidade, evidenciam-se no próprio quadro os efeitos da alteração contabilística introduzida (reconhecimento, à data do encerramento dos Exercícios de 2009 a 2012, do Rédito correspondente ao grau de acabamento das obras em curso).

O Rédito dos navios em curso em 2012 reflecte a diferença entre o Rédito dos navios que passaram em curso para 2013 (0,35 milhões de Euros) deduzido do valor do Rédito dos navios que passaram em curso de 2011 para 2012 (0,41 milhões de Euros).

O valor total das Rubricas "Reparações Navais" e "Rédito dos Navios em Curso" representou 96,7% do valor total das "Vendas e Prestações de Serviços", tendo as Rubricas "Outras Actividades" e "Prestações de Serviços" registado, no seu conjunto, um valor de 2,7 milhões de Euros, ou seja, cerca de 3,3% daquele total.

Deve ser salientado, também, que a Rubrica "Outras Actividades" apresenta um valor inferior ao verificado no Exercício anterior, devido à redução da procura deste tipo de serviços.

Continuando a caracterizar a evolução da situação económica da Empresa, apresentam-se, no quadro abaixo, as Demonstrações de Resultados para os Exercícios de 2012/2008, mostrando, por um lado, a evolução da rentabilidade das Vendas, assim como, a evolução do peso relativo dos factores produtivos no total dos Proveitos de Exploração.

Demonstração de Resultados

	2012		2011		2010		2009	
Rubricas	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Vendas e serviços prestados	82,607		79,874		102,510		118,717	
Variação de produção	0		0		0		0	
Trabalhos para a própria empresa	0		3		0		4	
Outros rendimentos e ganhos	2,747		3,829		3,706		4,996	
Total rendimentos de exploração	**85,355**	**100**	**83,706**	**100**	**106,216**	**100**	**123,717**	**100**
Custos das mat. primas consumidas	5,248	6.1	3,739	4.5	5,347	5.0	5,563	4.5
Fornecimentos e serviços externos	55,421	64.9	53,657	64.1	67,051	63.1	75,900	61.3
Gastos com o pessoal	14,181	16.6	14,367	17.2	14,783	13.9	15,344	12.4
Depreciações, Imparidad.e Provisões	1,899	2.2	2,980	3.6	935	0.9	3,883	3.1
Impostos	104	0.1	62	0.1	186	0.2	188	0.2
Outros gastos e perdas	652	0.8	691	0.8	470	0.4	4,516	3.7
Total de gastos de exploração	**77,506**	**90.8**	**75,496**	**90.2**	**88,772**	**83.6**	**105,393**	**85.2**
Resultados operacionais	**7,849**	**9.2**	**8,210**	**9.8**	**17,444**	**16.4**	**18,323**	**14.8**
Resultados de financiamento	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Resultados antes de impostos	**7,849**	**9.2**	**8,210**	**9.8**	**17,444**	**16.4**	**18,323**	**14.8**
Impostos sobre rend. período (-)	-2,864	-3.4	-2,996	-3.6	-5,474	-5.2	-6,179	-5.0
Resultado líquido do período	**4,985**	**5.8**	**5,214**	**6.2**	**11,970**	**11.3**	**12,144**	**9.8**

(Valores em milhares de Euros)

Demonstração de Resultados

		2008
Rubricas	**Valor**	**%**
Vendas e prestação de serviços	150.542	
Variação de produção	3.600	
Trabalhos para a própria empresa	4	
Outros proveitos	1.263	
Total de Proveitos de Exploração	**155.409**	**100**
Custos das mat. primas consumidas	9.284	6,0
Fornecimentos e serviços externos	106.234	68,4
Custos com o pessoal	12.706	8,2
Amortizações e provisões	2.975	1,9
Impostos	175	0,1
Outros custos	331	0,2
Total de custos de exploração	**131.705**	**84,7**
Resultados Operacionais	**23.703**	**15,3**
Resultados financeiros	2.008	1,3
Resultados Correntes	**25.711**	**16,5**
Resultados Extraordinários	-4.575	-2,9
Resultados antes de Impostos	**21.136**	**13,6**
Impostos (-)	-5.815	-3,7
Resultado Líquido do Exercício	**15.321**	**9,9**

(Valores em milhares de Euros)

Como apreciação global à Demonstração de Resultados, constata-se que no Exercício de 2012 a situação económica da Empresa piorou, embora de forma não significativa, relativamente ao Exercício anterior, ao alcançar um "Resultado Líquido" de 4,99 milhões de Euros.

O Rácio de Eficiência, que mede o peso relativo da Rubrica "Total de Gastos de Exploração" no "Total de Rendimentos de Exploração", voltou a registar um agravamento, contudo mais atenuado, quando comparado com o do ano anterior, apresentando um valor de 90,8%, como resultado da continuação e reforço da política da utilização mais racional dos factores produtivos, fruto de uma gestão por objectivos, praticada a todos os níveis da organização.

A Lisnave continua a não apresentar qualquer valor de "Resultados de Financiamento", uma vez que não teve necessidade de recorrer a financiamento bancário.

Deve continuar a ser sublinhado que os riscos cambiais, relacionados com a volatilidade do Dólar, foram oportunamente eliminados em resultado da decisão da Gestão da Empresa, tomada no final de 2003, de substituir o Dólar pelo Euro na facturação aos Clientes. Assim, as diferenças cambiais registadas no Exercício de 2012 mantiveram-se em níveis não materialmente relevantes.

De modo a completar a análise da evolução económica da Empresa para o período de 2012 a 2008, apresenta-se no mapa seguinte um conjunto de Indicadores e Rácios económicos mais relevantes:

Agregados Económicos

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
Agregados Globais					
Valor bruto da produção (VBP)	82,607	79,877	102,510	118,721	154,146
Valor acrescentado bruto (VAB)	24,720	25,485	34,385	41,177	64,502
Encargos com pessoal	14,181	14,367	14,783	15,344	12,706
"Gross Cash flow"	9,748	11,190	18,379	22,207	24,111
Número médio de colaboradores	**306**	**322**	**334**	**337**	**312**
Rácios					
Valor bruto da produção per capita	270.0	248.1	306.9	352.3	494.1
Encargos com pessoal per capita	46.3	44.6	44.3	45.5	40.7
VAB / VBP	30%	32%	34%	35%	42%
Encargos com pessoal / VAB	57%	56%	43%	37%	20%

(Valores em Milhões de Euros)

Da sua observação pode concluir-se que, no Exercício de 2012, os Indicadores e Rácios de desempenho da Empresa apresentaram comportamentos mistos, relativamente ao ano anterior.

Assim, quanto ao agregado "Valor Bruto de Produção (VBP)" verifica-se que cresceu 3,4%, um comportamento alinhado com a variação verificada nas Vendas e Serviços Prestados.

Por outro lado, verifica-se uma evolução negativa para o agregado "Gross Cash Flow", em comparação com o Exercício anterior. Esta quebra está directamente relacionada com a redução das margens brutas.

Importa referir, contudo, que de um modo geral, os Rácios de desempenho da Empresa apresentaram uma evolução positiva relativamente ao último ano e em níveis que nos permitem afirmar que a Empresa continua preparada para fazer face a um mercado caracterizado por uma grande imprevisibilidade.

A evolução da "Situação Líquida", para o período em análise, está evidenciada no quadro seguinte:

Situação Líquida

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
Capital Social	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000
Prestações suplementares de capital	0	0	0	0	0
Reserva legal e resultados transitados	21,231	20,016	18,546	18,402	14,701
Resultado líquido do Exercício	4,985	5,214	11,970	12,144	15,321
Total da Situação Líquida	**31,216**	**30,231**	**35,516**	**35,546**	**35,022**

(Valores em Milhões de Euros)

LISNAVE
NORD SOUND

A Situação Líquida em 31 de Dezembro de 2012 apresentava um valor de 31,2 milhões de Euros, representando um crescimento de 0,99 milhões de Euros relativamente ao valor registado no final do ano anterior. O valor contabilístico por Acção, no fim do Exercício, era de 31,2 €, representando uma valorização de 524,3% relativamente ao seu valor nominal.

Através da análise das principais Rubricas do Balanço, referidas a 31 de Dezembro de 2012, para os últimos cinco Exercícios e constantes do quadro seguinte, pode seguir-se a evolução da estrutura financeira da Empresa.

Balanços Sintéticos Comparados

Rubricas	2012	2011	2010	2009	2008
Activo					
Activo não corrente	11,137	12,085	13,923	15,226	14,202
Inventários	2,097	2,379	2,251	2,447	8,144
Clientes c/c (líquido de adiantamentos)	13,099	4,737	15,498	7,892	23,245
Outras contas a receber	3,870	4,470	9,329	3,366	3,444
Caixa e depósitos bancários	30,969	32,346	30,857	37,827	40,749
Diferimentos	149	104	187	73	1,201
Total do Activo	**61,322**	**56,121**	**72,045**	**66,830**	**90,985**
Passivo					
Provisões	5,802	5,173	3,481	4,157	1,717
Outras contas a pagar não corrente	2,573	3,094	4,161	5,361	0
Financiamentos obtidos não correntes	0	0	0	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c (líquido de adiantamentos)	13,272	10,834	19,614	12,980	30,822
Outras contas a pagar	8,458	6,789	9,272	8,785	4,670
Diferimentos	0	0	0	0	18,754
Total do Passivo	**30,106**	**25,890**	**36,528**	**31,283**	**55,963**
Situação Líquida	**31,216**	**30,231**	**35,516**	**35,546**	**35,022**

(Valores em Milhões de Euros)

Com a finalidade de avaliar a Empresa, nas suas vertentes de Liquidez e Capacidade de Endividamento, no final do Exercício em apreço, utilizamos um conjunto de indicadores que ajudam a caracterizar a estrutura do Balanço. Assim, quanto a:

Liquidez

Apresentando um Fundo de Maneio da ordem dos 28 milhões de Euros e Rácios de Liquidez Geral e de Tesouraria muito confortáveis, com valores de 2,31 e 2,21, respectivamente, podemos afirmar que a estrutura Financeira de Curto Prazo da Empresa continua a mostrar uma boa solidez.

Para esta situação continuaram a contribuir os seguintes factores: inexistência de Dívidas Bancárias de Curto Prazo, devido ao não recurso ao crédito bancário para fazer face à gestão corrente da Tesouraria, fruto do nível de Cash Flow gerado no Exercício e das Disponibilidades em Caixa e Bancos, as quais atingiram 30,97 milhões de Euros, no final do Exercício.

Capacidade de Endividamento

Apresentando um Rácio de Financiamento das Imobilizações de 2,80 e Rácios de Independência Financeira e Autonomia Financeira de 103,7% e 50,9%, respectivamente, conclui-se que, embora estes Rácios se tenham reduzido, a capacidade de endividamento da Lisnave continua num nível muito confortável e adequado ao seu "core business", que é caracterizado por um forte grau de imprevisibilidade.

Finalmente, e de acordo com as disposições legais, declara-se que, em 31 de Dezembro de 2012, a Lisnave não detinha Acções próprias e não existiam Dívidas em mora ao Sector Público Estatal, incluindo à Segurança Social.

7 | Perspectivas da Actividade para 2013

A economia mundial, que nos últimos anos tem crescido a taxas reduzidas, espera o Banco Mundial que, depois da estimativa de 2,2% de crescimento para o ano de 2012, mantenha a mesma tendência e venha a crescer 2,4% em 2013 e 3,2% em 2014, embora sejam grandes os riscos, de que mesmo este fraco aumento da taxa de crescimento venha a acontecer.

Na União Europeia, onde boa parte dos países, depois da recuperação da recessão de 2009, entrou novamente em recessão no ano de 2012, espera-se que alguns destes países se mantenham em recessão durante o ano de 2013 - provocando um aumento do desemprego, um aumento dos gastos dos Estados com ajudas sociais e consequentemente um aumento de impostos, reduzindo o rendimento disponível para consumo interno - esperando-se um crescimento de 0,6% no ano de 2013, estimando-se, contudo, que na zona Euro, o crescimento esperado seja apenas de 0,3%.

Nos Estados Unidos da América e no Japão, esperam as Nações Unidas, que depois do aumento das suas taxas de crescimento no ano de 2012 em relação ao ano de 2011, a taxa de crescimento para o ano de 2013 venha a reduzir-se novamente e se situe em 1,7% nos Estados Unidos da América e 0,6% no Japão, depois dos estimados 2,1% e 1,5% para o ano de 2012, respectivamente.

Perante estas previsões de crescimento da economia mundial, estimam as Nações Unidas, que a taxa de crescimento do comércio mundial tenha um ligeiro aumento, passando dos 3,3% estimados para o ano de 2012, para 4,3% em 2013.

Desta forma, como resultado conjugado:

- da baixa taxa de crescimento prevista do comércio mundial e do aumento substancial da capacidade, tanto em número, como em capacidade de transporte das frotas de comércio mundiais;

- dos efeitos induzidos, entre outros, pela "Bolha de Construção Naval" - resultante da facilidade de crédito e preços baixos dos navios novos construídos na China – que se traduziu na redução do preço dos navios entre 5 e 10% em relação a 2012 e consequente baixa dos preços dos navios em segunda mão que durante o ano de 2012 se reduziu no caso dos navios com cinco anos entre 10% e 15% para as faixas de maiores dimensões e entre 20% e 30% para as de menor dimensão;

- da esperada degradação da taxa de utilização das frotas devido ao grande volume de entregas de navios novos particularmente durante o primeiro semestre de 2013, que vai manter, previsivelmente, as taxas de frete, sobre pressão em baixa;

- mas, por outro lado, tendo em consideração a forte pressão que está a ser exercida sobre os Amadores pelo elevado custo dos combustíveis e pelas medidas destinadas a reduzir a emissão de gases com efeito de estufa na indústria do transporte marítimo;

Espera-se que se inicie uma tendência de aumento do desmantelamento dos navios menos eficientes, situação que poderá contribuir para um aumento da taxa de utilização das frotas e desta forma, para que seja atingida a cava da curva de decrescimento das taxas de frete, em 2013, não se esperando, contudo, que em função dos outros factores antes referidos, os resultados desta tendência sejam suficientes para que os Armadores vejam aumentar a rentabilidade da sua exploração, por forma a disporem dos recursos suficientes para os motivarem a investir na manutenção das suas frotas.

Neste contexto, espera-se que 2013 mantenha ainda uma pressão de acentuada concorrencialidade sobre a actividade de reparação naval, admitindo-se, todavia, que na parte final do ano se possa verificar uma tendência de recuperação das taxas de frete, o que, a acontecer, prenunciará o início de recuperação da procura para níveis que venham a permitir, num futuro próximo, uma ocupação equilibrada das capacidades dos estaleiros.

Recursos Humanos

Espera-se que o ano de 2013, designadamente por razões que se prendem com as alterações legislativas entretanto ocorridas, possa constituir-se como um ano de efectiva transição para a flexibilização das condições do Contrato de Trabalho.

Independentemente destas alterações legais, é intenção do Conselho de Administração prosseguir com a cooperação estabelecida com a LisnaveYards, por forma a promover, através desta, a criação de condições que assegurem a sustentabilidade futura deste sector em Portugal.

Com este objectivo, a Lisnave pretende continuar a explorar novas e mais amplas modalidades de colaboração com a LisnaveYards, procurando que esta assuma, em função da dimensão do seu quadro de pessoal, nomeadamente no que ao número de Trabalhadores directos respeita, maiores responsabilidades no desenvolvimento da actividade.

8 | Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo-se verificado uma "performance" no Exercício de 2012, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração, decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.

Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

1 Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.000.000,00 (Um milhão de Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,

2 Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 4.985.207,39 (Quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sete Euros e trinta e nove Cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	4.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	985.207,39 Euros.

9 | Referências Finais

Finalmente, a concluir o Relatório de Gestão relativo à actividade do Exercício de 2012, o Conselho de Administração quer expressar o seu profundo agradecimento e apreço às muitas pessoas e entidades, que de forma directa ou indirecta o apoiaram na consecução dos objectivos estabelecidos, particularmente:

- Aos Clientes e Fornecedores, pela preferência e confiança com que continuaram a distinguir a Lisnave;

- Aos Accionistas, pelo apoio, colaboração e interesse sempre manifestados no acompanhamento dos aspectos mais relevantes da gestão da Empresa;

- Às Autoridades em geral e às do Porto de Setúbal em particular, pela compreensão e colaboração evidenciadas na resolução das questões inerentes ao funcionamento do Estaleiro;

- Às Instituições de Crédito, pelo excelente relacionamento que têm vindo a manter com a Lisnave;

- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores Externos pela forma participativa como exerceram as suas funções;

- A todos os Colaboradores da Empresa e seus Órgãos Representativos, pela disponibilidade, empenho e elevado profissionalismo evidenciados.

Setúbal, 21 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

Presidente

Eng. José António Leite Mendes Rodrigues

Vogais

Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Eng. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Eng. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Eng. Manuel Serpa Leitão

ALIANCA
ALIANCA EUROPA

EAGLE EXPRESS

Balanço

Demonstração de Capital Próprio

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 22 de Março de 2013 relativa à Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas respeitante ao Exercício de 2012

BALANÇO

Rubricas	Notas	31-DEZ-2012	31-DEZ-2011
Activo			
Activo não Corrente			
Activos fixos tangíveis	8	4,936,442.22	5,202,186.35
Propriedades de investimento	7	2,567,100.00	2,567,100.00
Outros activos financeiros	15.2	2,874,347.89	3,403,527.89
Activos por impostos diferidos	14	759,036.71	912,612.83
		11,136,926.82	**12,085,427.07**
Activo Corrente			
Inventários	10	2,097,436.66	2,378,743.05
Clientes	15.1	13,961,604.15	5,473,334.96
Adiantamentos a fornecedores	15.3	335,148.21	546,160.75
Estado e outros entes públicos	17.1	2,752,191.13	2,536,876.35
Outras contas a receber	15.2	1,117,911.35	1,932,920.19
Diferimentos	17.2	149,309.92	104,025.04
Caixa e depósitos bancários	4	30,968,883.66	32,345,748.36
		51,382,485.08	**45,317,808.70**
Total do Activo		**62,519,411.90**	**57,403,235.77**

(Valores em Euros)

Rubricas	Notas	31-DEZ-2012	31-DEZ-2011
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	15.5	5.000.000,00	5.000.000,00
Reservas legais	17.3	1.398.173,26	1.398.173,26
Resultados transitados	17.3	19,832,615.74	18,618,258.78
		26,230,789.00	25,016,432.04
Resultado líquido do período	17.3	4,985,207.39	5,214,356.96
Total do Capital Próprio		**31,215,996.39**	**30,230,789.00**
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	12	5,802,427.77	5,173,317.24
Outras contas a pagar	15.4	2,573,005.81	3,093,602.81
		8,375,433.58	**8,266,920.05**
Passivo Corrente			
Fornecedores	15.3	13,607,233.69	11,380,023.54
Adiantamentos de clientes	15	862,625.76	736,565.43
Estado e outros entes públicos	17.1	750,481.97	361,345.51
Outras contas a pagar	15.4	7,707,640.51	6,427,592.24
		22,927,981.93	**18,905,526.72**
Total do Passivo		**31,303,415.51**	**27,172,446.77**
Total do capital próprio e do passivo		**62,519,411.90**	**57,403,235.77**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Posição em 01/01/2011 - POC	**5,000,000.00**	**1,398,173.26**	**17,148,100.76**	**11,970,158.02**	**35,516,432.04**
Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit.			11,970,158.02	-11,970,158.02	0.00
Alterações no Período					
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período				**5,214,356.96**	**5,214,356.96**
Operações com Detentores de Capital no Período					
Distribuições			-10,500,000.00		-10,500,000.00
	0.00	**0.00**	**-10,500,000.00**	**5,214,356.96**	**-5,285,643.04**
Posição no Fim do Período 2011	**5,000,000.00**	**1,398,173.26**	**18,618,258.78**	**5,214,356.96**	**30,230,789.00**
Posição em 01/01/2012	**5,000,000.00**	**1,398,173.26**	**18,618,258.78**	**5,214,356.96**	**30,230,789.00**
Transferência de Resultados do Exercíco para Result. Transit.			5,214,356.96	-5,214,356.96	0.00
Alterações no Período					
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Resultado Líquido do Período				**4,985,207.39**	**4,985,207.39**
Operações com Detentores de Capital Próprio					
Distribuições			-4,000,000.00		-4,000,000.00
	0.00	**0.00**	**-4,000,000.00**	**4,985,207.39**	**985,207.39**
Posição no Fim do Período 2012	**5,000,000.00**	**1,398,173.26**	**19,832,615.74**	**4,985,207.39**	**31,215,996.39**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	11	82,607,431.50	79,874,385.76
Subsidios à exploração		33,574.82	37,457.00
Trabalhos própria empresa		0.00	2,549.22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(5,248,386.15)	(3,738,902.63)
Fornecimentos e serviços externos	17.4	(55,421,404.12)	(53,656,983.68)
Gastos com o pessoal	16	(14,180,795.26)	(14,367,269.79)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	(124,932.96)	(14,195.17)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.1	(219,276.16)	(2,908.00)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(865,852.02)	(2,252,544.87)
Outros rendimentos e ganhos	17.5	2,713,577.20	3,791,321.46
Outros gastos e perdas	17.6	(756,303.48)	(752,944.43)
Resultado antes de Depreciações Gastos de Financiamento e Impostos		**8,537,633.37**	**8,919,964.87**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	17.7	(688,826.42)	(709,875.73)
Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		**7,848,806.95**	**8,210,089.14**
Resultado antes de Impostos		**7,848,806.95**	**8,210,089.14**
Imposto sobre o rendimento do período	14	(2,863,599.56)	(2,995,732.18)
Resultado Líquido do Período	**17.3**	**4,985,207.39**	**5,214,356.96**

(Valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Periodo – SNC	
Rubricas	**2012**	**2011**
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais		
Recebimento de Clientes	74,442,898.44	101,406,203.52
Pagamento a Fornecedores	-67,410,195.95	-83,762,675.82
Pagamento a Pessoal	-10,561,472.73	-10,869,355.25
Caixa Gerada pelas Operações	**-3,528,770.24**	**6,774,172.45**
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre Rendimento	-633,751.02	-2,362,571.18
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	5,494,395.15	6,842,497.92
	1,331,873.89	11,254,099.19
Fluxo das Actividades Operacionais (1)	**1,331,873.89**	**11,254,099.19**
Pagamentos Respeitantes a:		
Activos Fixos Tangíveis	-174,025.33	-211,859.61
Recebimentos Respeitantes a:		
Juros e Rendimentos Similares	1,519,712.45	1,008,120.00
Dividendos		
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento (2)	**1,345,687.12**	**796,260.39**
Pagamentos Respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-52,211.51	-58,309.34
Dividendos	-4,000,000.00	-10,500,000.00
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)	**-4,052,211.51**	**-10,558,309.34**
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = ((1) + (2) + (3))	**-1,374,650.50**	**1,492,050.24**
Efeito das Diferenças de Cambio	**2,214.20**	**3,378.98**
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	**-32,345,748.36**	**-30,857,077.10**
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	**30,968,883.66**	**32,345,748.36**
	-1,374,650.50	**1,492,050.24**

(Valores em Euros)

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros excepto quando expressamente indicado de outra forma)

1. Identificação da Empresa

A Empresa foi constituída em 12 de Março de 1997 com a designação comercial de Navenova – Estaleiros Navais, S.A., denominação social, posteriormente alterada, por escritura pública de 31 de Julho de 1997, para Lisnave, Estaleiros Navais, S.A..

O seu objecto social principal é a exploração de estaleiros navais para construção e reparação de navios, para o exercício de indústria, comércio, bem como o desenvolvimento de actividades conexas com esta ou afins.

Tem a sua Sede Social em Mitrena, 2910-738 SETÚBAL.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Navivessel - Estudos E Projectos Navais, S.A., que detém 72,83%, pela Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, que possui 20% do capital, pela Parpública, SGPS, S.A. com 2,97% e pelo Público (OPT) com 4,2%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Directrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Assim, para o exercício que se iniciou após esta data a empresa passou a fazer o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a Empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei Nº 158/2009, de 13 de Julho, que instituiu o SNC;
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas na nota 2.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa foram as seguintes:

a. Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

Com excepção dos Terrenos que não são amortizáveis, os Activos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade. As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização da finalidade pretendida, utilizando os seguintes métodos:

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2012	2011
Edifícios e outras construções	2,50% - 5,00%	2,50% - 5,00%
Equipamento Básico	5,00% - 12,50%	5,00% - 12,50%
Equipamento de Transporte	33,33%	33,33%
Equipamento Administrativo	6,25% - 33,33%	6,25% - 33,33%
Outros Activos Tangíveis	16,67%	16,67%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospectiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do Exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

Os Activos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um activo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do Exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um activo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na Empresa, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Empresa opera ou no mercado ao qual o activo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afectarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um activo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do activo;
- A quantia escriturada dos activos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um activo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um activo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um activo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o activo pertence, planos para alienar um activo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um activo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efectuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

b. Activos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

b.1 Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Activos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos activos e passivos da Empresa.

Os Activos por Impostos Diferidos reflectem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- Seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A mensuração dos Activos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o activo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflecte as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

b.2 Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do Exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 25%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, e da Taxa de Derrama Estadual de onde resulta uma taxa agregada máxima de 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Inventários

Os inventários incluem as matérias-primas que estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo o método de custeio o custo médio.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros directamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros items semelhantes);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efectuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

d. Activos Financeiros não incluídos nas alíneas acima

Os Activos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Activos Financeiros não incluídos nas alíneas atrás e que não são valorizados ao justo valor estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes activos. Sempre que existia uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade, teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os activos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.
Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Activos Financeiros.

d.1 Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea k) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.2 Adiantamentos a Fornecedores

Estes saldos não vencem juros nem têm implícito qualquer tipo de juro pelo que são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.3 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Pessoal – ao custo menos imparidade;
- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao custo menos imparidade;
- Outros devedores - ao custo menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos na alínea d).

d.4 Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também, quando aplicável:

- Os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço; e
- Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa incluídos na rubrica de Activos Não Correntes Detidos para Venda.

e. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

f. Diferimentos Activos e Passivos

Esta rubrica reflecte as transacções e outros acontecimentos, relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

g. Rubricas dos Capitais Próprios

g.1 Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Durante esse prazo os Accionistas respectivos não têm direito a voto nas Assembleias Gerais nos termos definidos no art.º 384 igualmente do CSC.

g.2 Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

g.3 Resultados Transitados

Esta rubrica não inclui quaisquer ganhos por aumentos de Justo Valor em Instrumentos Financeiros, Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento os quais, de acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estariam disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem fossem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

h. Provisões

Esta conta reflecte as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pelo melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflecte riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões.

h.1 Provisões para Processos Judiciais

Esta rubrica inclui a provisão para um processo judicial em curso relativo a IRC de 2003. Encontra-se mensurado pelo seu valor presente.

h.2 Outras Provisões

Esta rubrica inclui, entre outras, as seguintes provisões:

- Provisões para comissões a pagar, relacionadas com as prestações de serviços prestadas pela Empresa, penalizações e discussão de facturas;
- Provisões para saldos devedores de Fornecedores;
- Outras diversas.

Estas provisões estão registadas ao seu valor presente.

i. Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respectiva relação contratual.

Os Passivos financeiros não incluídos nas alíneas atrás estão valorizados ao custo ou ao custo amortizado nos termos indicados nas alíneas seguintes.

i.1 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respectivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

i.2 Adiantamentos de Clientes

Os Adiantamentos de Clientes não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensurados ao custo.

i.3 Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

j. Efeito das alterações das Taxas de Câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transacções.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

k. Prestações de Serviço

As Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando a prestação do serviço inclui serviços subsequentes, a parte do rédito correspondente a esses serviços é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Prestações de Serviços.

k.1 Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

A percentagem de acabamento é determinada tendo por base a proporção que os custos incorridos até à data tem nos custos totais estimados da prestação de serviços (referentes aos serviços executados ou a serem executados).

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

l. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

l.1 Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

l.2 Distribuição de Lucros a Empregados

As distribuições de Lucros a empregados são reconhecidas em Gastos com o Pessoal no período a que respeitam e não como uma distribuição de Resultados. Assim, foi reconhecido nos resultados do Exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra reflectido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

l.3 Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego, quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável, quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

m. Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem os juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efectiva.

n. Activos e Passivos Contingentes

Um Activo Contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
- A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos, que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros, que não seja remota.

3.2 Juízos de valor efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas

a. Vidas úteis dos Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada Exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos, de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas dos sectores em que a Empresa opera.

b. Impostos Diferidos Activos

São reconhecidos Impostos Diferidos Activos para todos os prejuízos recuperáveis, na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos activos, que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

c. Reconhecimento de Prestações de Serviços

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento no reconhecimento das suas Prestações de Serviço. A utilização deste método requer que a Empresa estime os serviços executados como uma percentagem do total de serviços a serem executados os quais também necessitam de ser estimados.

d. Provisões para Impostos

A Empresa, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas, que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

a. Imparidade de Activos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um activo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transacções de activos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o activo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados, que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos, o qual não inclui actividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos, destinados a melhorar os benefícios económicos futuros, que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

b. Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do Balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efectivo a incorrer no futuro.

c. Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade. Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2012	2011
Caixa	40.629,20	117.558,16
Depósitos à Ordem	928.254,46	3.128.190,20
Outros Depósitos Bancários	30.000.000,00	29.100.000,00
	30.968.883,66	**32.345.748,36**

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõem-se da seguinte forma:

	2012	2011
Caixa	40.629,20	117.558,16
Depósitos à Ordem	928.254,46	3.128.190,20
Outros Depósitos Bancários	30.000.000,00	29.100.000,00
	30.968.883,66	**32.345.748,36**
Caixa e Depósitos Bancários de uma Unidade em Descontinuação	-	-
	30.968.883,66	**32.345.748,36**
Descobertos Bancários	-	-
	30.968.883,66	**32.345.748,36**

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No Exercício de 2012 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas ou erros, passíveis de serem reportados na presente Nota.

6. Partes relacionadas

O Grupo onde a Empresa se insere é composto pelas seguintes Entidades:

				Natureza do Relacionamento	
Nome	**Localização**	**% de Interesse**	**% de Voto**	**Serviços que a Lisnave presta/ Transacções que faz**	**Serviços que a Lisnave recebe/ Transacções que recebe**
Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A.	Portugal	72,83%	72,83%	Dividendos	Serviços de Consultadoria
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	Alemanha	20,00%	20,00%	Dividendos	
Parpública, SGPS, S.A.	Portugal	2,97%	2,97%	Dividendos	Vogal de Conselho Fiscal e Administrador Não Executivo
Público (OPT)		4,20%	4,20%	Dividendos	
Lisnave Infraestruturas	Portugal	-	-	Recuperação de Estaleiro	Renda do Estaleiro
Repropel	Portugal	-	-	Serviços de apoio a reparações e comissões	Serviços de Reparações de Hélices
Gaslimpo	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Pesquisa de Gases
Rebocalis	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviço de Marinharia
Lisnave Internacional	Portugal	-	-		Serviços Internacionais
Tecor	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Serviços técnicos de apoio a navios (tratamento de superfícies)
NavalRocha	Portugal	-	-		
Navalset	Portugal	-	-		
LisnaveYards	Portugal	-	-	Serviços de apoio	Prestação de serviços de subempreitadas para reparações
Dakarnave	Senegal	-	-		

A Empresa-mãe é a Navivessel - Estudos e Projectos Navais, S.A., com Sede em Portugal.

A Empresa-mãe controladora final é a empresa Navalset – Serviços Industriais E Navais, S.A..

A quantia das transacções, dos saldos pendentes, dos ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com os saldos pendentes e os gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas, são os indicados no quadro seguinte:

Nome	Ano	Clientes	Fornecedores	Vendas e Prest. Serv.	Compras	FSEs
Navivessel, Estudos e projectos Navais, S.A.	2012	50,00	311.887,74	-	-	294.269,04
	2011	-	317.450,32		-	291.627,36
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	2012	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
Parpública, S.A. | Estado Português	2012	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
Público (OPT)	2012	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
Lisnave Infraestruturas	2012	-	99.386,12	191.664,39	-	2.236.876,86
	2011	516.587,26	88.678,00	461.223,38	-	3.913.492,91
Repropel	2012	56.729,91	-	95.536,15	-	-
	2011	50.510,85	-	104.417,32	-	4.740,00
Gaslimpo	2012	3.790,78	241.883,63	14.953,06	84.393,35	561.742,23
	2011	3.756,32	131.287,06	36.769,44	92.684,45	476.542,42
Rebocalis	2012	27.044,10	346.476,31	61.787,49	-	1.250331,08
	2011	13.364,64	188.131,48	115036,63	-	1.159.251,08
Lisnave Internacional	2012	3.280,75	25.909,38	6.203,76	-	195.586,47
	2011	2.549,67	42.187,93	15.787,37	-	241.493,35
Tecor	2012	37.359,31	2.227.897,63	118.113,20	-	6.906.753,30
	2011	13.690,72	1.008.476,16	135.438,65	-	6.305.405,33
NavalRocha	2012	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
Navalset	2012	326,40	5.535,00	-	-	18.000,00
	2011	85,00	3.690,00	-	-	3.000,00
LisnaveYards	2012	73,48	162.167,61	402.918,86		4.065.122,53
	2011	24.522,14	119.056,55	459.815,33	-	4.090.257,44
Dakarnave	2012	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-

7. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento respeitam ao terreno da Quinta da Chanoca, o qual está detido para valorização de capital. Esta rubrica não registou qualquer movimento nos Exercícios de 2011 e 2012.

8. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Custo de Aquisição							
01 de Janeiro de 2011	**1.899.327,28**	**5.672.358,35**	**144.013,92**	**1.458.334,77**	**6.414.117,95**	**18.648,13**	**15.606.800,40**
Aumentos	-	-	-	-	-	211.859,61	211.859,61
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	58.245,21	-	30.985,81	88.170,27	(177.401,29)	-
Alienações	-	-		-	-	-	0,00
Abates	(2.098,33)	(14.082,37)	(440,13)	(118.616,50)	-	-	(135.237,33)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2011	**1.897.228,95**	**5.716.521,19**	**143.573,79**	**1.370.704,08**	**6.502.288,22**	**53.106,45**	**15.683.422,68**
Aumentos	-	-	-	-	-	423.082,29	423.082,29
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de uma subsidiária	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	95.832,71	-	56.188,18	22.004,44	(174.025,33)	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(24.043,49)	-	-	(4.504,71)	-		(28.548,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	**1.873.185,46**	**5.812.353,90**	**143.573,79**	**1.422.387,55**	**6.524.292,66**	**302.163,41**	**16.077.956,77**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos	Imobilizações em curso	Total Activos Tangíveis
Amortizações e Imparidade							
01 de Janeiro de 2011	**390.055,05**	**2.848.099,20**	**56.830,41**	**945.319,86**	**5.665.885,08**	**-**	**9.906.189,60**
Amortizações	112.926,71	255.456,98	34.061,17	73.186,07	234.244,80	-	709.875,73
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(2.098,33)	(13.674,04)	(440,13)	(118.616,50)	-	-	(134.829,00)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2011	**500.883,43**	**3.089.882,14**	**90.451,45**	**899.889,43**	**5.900.129,88**	**-**	**10.481.236,33**
Amortizações	108.118,03	260.363,72	26.561,18	69.867,36	223.916,13	-	688.826,42
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(24.043,49)	-	-	(4.504,71)	-	-	(28.548,20)
Diferenças de Câmbio	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2012	**584.957,97**	**3.350.245,86**	**117.012,63**	**965.252,08**	**6.124.046,01**	**-**	**11.141.514,55**
Valor Líquido Contabilístico:							
A 31 de Dezembro de 2012	**1.288.227,49**	**2.462.108,04**	**26.561,16**	**457.135,47**	**400.246,65**	**302.163,41**	**4.936.442,22**
A 31 de Dezembro de 2011	**1.396.345,52**	**2.626.639,05**	**53.122,34**	**470.814,65**	**602.158,34**	**53.106,45**	**5.202.186,35**
A 01 de Janeiro de 2011	**1.509.272,23**	**2.824.259,15**	**87.183,51**	**513.014,91**	**748.232,87**	**18.648,13**	**5.700.610,80**

9. Imparidade de Activos

Não foram registadas no ano quaisquer imparidades de activos fixos tangíveis ou em propriedades de investimento.

10. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2012	2011
Matérias primas, Subs. e de Consumo	2.097.436,66	2.378.743,05
	2.097.436,66	**2.378.743,05**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2011	2.501.096,12
Compras	3.880.854,34
Existências em 31 de Dezembro de 2011	2.643.047,83
	3.738.902,63
Existências em 1 de Janeiro de 2012	2.643.047,83
Compras	5.092.012,74
Existências em 31 de Dezembro de 2012	2.486.674,40
	5.248.386,15

A quantia de imparidade com inventários reconhecida como um gasto do período encontra-se no quadro seguinte:

	2012	2011
Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	145.746,79	14.195,17
	145.746,79	**14.195,17**
Reversões de Perdas por Imparidade		
Matérias primas, Subs. e de Consumo	20.813,83	-
	124.932,96	**14.195,17**

11. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2012	2011
Venda de Mercadorias		
Subprodutos, Resíduos e Refugos		
Portugal	426.065,02	613.030,61
	426.065,02	**613.030,61**
Prestações de Serviços		
Serviços		
Total Europa	**31.406.472,40**	**54.139.568,50**
Portugal	2.818.522,01	3.653.080,16
U.E.	25.383.577,14	47.814.611,74
Outros	3.204.373,25	2.671.876,60
Total África	**5.470.697,99**	**-**
Total América	**17.319.564,00**	**4.689.841,00**
Total Ásia	**27.104.450,09**	**20.431.945,65**
Total Oceânia	**880.182,00**	**-**
	82.181.366,48	**79.261.355,15**
	82.607.431,50	**79.874.385,76**

Anos	Subprodutos, Res. e Refugos	Reparações	Outras Actividades	Prestações de Serviços	Total
2012	426.065,02	79.884.030,67	1.474.483,16	822.852,65	**82.607.431,50**
2011	613.030,61	75.658.444,71	2.818.167,86	784.742,58	**79.874.385,76**

12. Provisões

O movimento ocorrido nas Provisões, por cada provisão, encontra-se reflectido no quadro seguinte:

	Provisões para Processos Judiciais em Curso	Provisões para notas de crédito	Provisões para saldos devedores de fornecedores	Provisões para Comissões / claim	Outras Provisões	Total
A 01 de Janeiro de 2011	**456.639,51**	**600.000,00**	**149.734,80**	**225.923,00**	**2.048.659,19**	**3.480.956,50**
Aumentos do ano	-	-	374.677,89	1.286.247,00	930.089,00	2.591.013,89
Utilizações no ano	-	(88.995,10)	(149.734,80)	(43.971,84)	(277.482,39)	(560.184,13)
Reversões do ano	-	(211.004,90)	-	(3.026,16)	(124.437,96)	(338.469,02)
A 31 de Dezembro de 2011	**456.639,51**	**300.000,00**	**374.677,89**	**1.465.172,00**	**2.576.827,84**	**5.173.317,24**
A 01 de Janeiro de 2012	**456.639,51**	**300.000,00**	**374.677,89**	**1.465.172,00**	**2.576.827,84**	**5.173.317,24**
Aumentos do ano	-	3.335,00	125.981,10	619.739,00	1.924.400,14	2.673.455,24
Utilizações no ano	-	(3.335,00)	-	(118.406,49)	(115.000,00)	(236.741,49)
Reversões do ano	-	-	(181.908,87)	(158.014,51)	(1.467.679,84)	(1.807.603,22)
A 31 de Dezembro de 2012	**456.639,51**	**300.000,00**	**318.750,12**	**1.808.490,00**	**2.918.548,14**	**5.802.427,77**

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A quantia das diferenças de Câmbio reconhecidas nos resultados é a que se indica no quadro seguinte:

	2012	2011
Diferenças de câmbio favoráveis incluídas em:		
Outros rendimentos e ganhos	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos	-	4.717,56
	-	**4.717,56**
Diferenças de câmbio desfavoráveis incluídas em:		
Outros gastos e perdas	-	-
Juros e gastos similares suportados	12.608,86	1.826,19
	12.608,86	**1.826,19**

14.Imposto Sobre o Rendimento

O Gasto (Rendimento) por Impostos Correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2012	2011
Imposto Corrente		
IRC do ano	2.710.023,44	2.701.588,02
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	153.576,12	294.144,16
Outros movimentos	-	-
	153.576,12	**294.144,16**
	2.863.599,56	**2.995.732,18**

O Ajustamento reconhecido no período de Impostos Correntes de períodos anteriores é o indicado no quadro seguinte:

	2012	2011
Excesso de Estimativa para Impostos	3.023,91	479.507,90
Insuficiência de Estimativa para Impostos	-	(165,00)
	3.023,91	**479.342,90**

Durante o exercício de 2012, não ocorreram outras alterações nas taxas de tributação nem lançamento de novos impostos pelo que a quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos não sofreu quaisquer alterações decorrentes de tais situações.

A reconciliação numérica entre a taxa média efectiva de imposto e a Taxa de Imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes de impostos	7.848.806,95	8.210.089,14		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	26,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	**2.079.933,84**	**2.175.673,62**	**26,50%**	**26,50%**
Proveitos não tributáveis				
Mais Valias Contabilísticas	-	-		
Menos Valias Fiscais	-	-		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	2.068.260,54	908.153,15		
Seguro Excellentia	1.227.737,00	1.200.000,00		
Excesso de estimativa para Impostos	3.023,91	479.507,90		
Variações patrimoniais negativas	20.909,87	20.909,87		
Benefícios Fiscais	56.986,74	130.732,28		
	3.376.918,06	**2.739.303,20**	**(11,40%)**	**(8,84%)**
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Donativos	800,00	800,00		
Multas, coimas e juros compensatórios	313,82	244,82		
Gastos não documentados	206.770,34	191.147,10		
Variações patrimoniais positivas	-	-		
Amortizações não aceites fiscalmente	6.561,14	6.573,03		
Provisões para além limites legais	2.673.455,24	2.591.013,89		
Registo de perdas de Imparidade	290.522,95	17.297,17		
Abates de imobilizado	-	408,33		
Seguro Excellentia	707.140,00	132.372,00		
Correcções relativas a exercícios anteriores	179.189,21	169.484,85		
Outros	143.027,94	142.111,47		
	4.207.780,64	**3.251.452,66**	**14,21%**	**10,49%**

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2012	2011	2012	2011
Lucro tributável	8.679.669,53	8.722.238,60		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%		
Imposto calculado	**2.169.917,38**	**2.178.997,15**	**29,31%**	**28,15%**
Tributação autónoma	194.520,93	223.701,33	2.48%	2.72%
Derrama	130.195,04	130.833,58	1.66%	1.59%
Derrama Estadual	215.390,09	168.055,97	2.74%	2.05%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	153.576,12	294.144,16	1.96%	3.58%
	693.682,18	**816.735,03**	**8,84%**	**9,95%**
Imposto sobre o Rendimento	**2.863.599,56**	**2.995.732,18**	**38,14%**	**38,10%**

Os Impostos Diferidos discriminam-se como segue:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Impostos Diferidos Activos						
Ajustamentos de transição SNC	-	-	-	-	-	-
Outras						
Seguro Excellentia	759.036,71	912.612,83	(153.576,12)	(294.144,16)		
	759.036,71	**912.612,83**	**(153.576,12)**	**(294.144,16)**	**-**	**-**

15. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

	2012	2011
Activos		
Não Corrente		
Outras contas a receber	2.874.347,89	3.403.527,89
Corrente		
Clientes		
Bruto	14.312.902,96	5.605.357,61
Imparidades	(351.298,81)	(132.022,65)
Adiantamentos a Fornecedores	335.148,21	546.160,75
Outras contas a receber	1.117.911,35	1.932.920,19
	15.414.663,71	**7.952.415,90**
Passivos		
Não Corrente		
Outras contas a pagar	2.573.005,81	3.093.602,81
Corrente		
Fornecedores	13.607.233,69	11.380.023,54
Adiantamentos de clientes	862.625,76	736.565,43
Outras contas a pagar	7.707.640,51	6.427.592,24
	22.177.499,96	**18.544.181,21**
Capital Próprio		
Capital social	5.000.000	5.000.000
	5.000.000	**5.000.000**

15.1 Clientes

A antiguidade do Saldo de Clientes decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Valor Bruto	Imparidade	Saldo Liquido
Clientes 2012	14.312.902,96	351.298,81	13.961.604,15
Clientes 2011	5.605.357,61	132.022,65	5.473.334,96

			Dívida Vencida				
	Saldo Líquido	Dívida não Vencida	< 30 Dias	30-60 Dias	60-90 Dias	90-120 Dias	> 120 Dias
Ano 2012	13.961.604,15	2.562.873,79	3.302.143,11	5.048.724,55	502.168,82	970.000,00	1.575.693,88
Ano 2011	5.473.334,96	1.930.637,54	436.221,09	1.349.916,94	108.115,00	373.574,15	1.274.870,24

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade de Dívidas a Receber discrimina-se como segue:

	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Exercício de 2012					
Clientes	132.022,65	224.776,16	-	(5.500,00)	351.298,81
	132.022,65	**224.776,16**	**-**	**(5.500,00)**	**351.298,81**
Exercício de 2011					
Clientes	129.114,65	12.408,00	-	(9.500,00)	132.022,65
	129.114,65	**12.408,00**	**-**	**(9.500,00)**	**132.022,65**

15.2 Outras Contas a Receber

As outras contas a receber discriminam-se como segue:

	2012	2011
Outras contas a receber não correntes		
Seguro de capitalização	2.874.347,89	3.403.527,89
Outras contas a receber correntes		
Devedores por acrescimo de rendimentos		
Rédito das encomendas em curso	497.707,43	420.428,43
Juros Depósitos a Prazo	344.212,00	673.598,00
Outros	21.782,29	561.620,18
Outros devedores e credores		
Pessoal	133.362,63	86.244,85
Outros	120.847,00	191.028,73
	1.117.911,35	**1.932.920,19**

Seguro Capitalização

A Empresa constituiu em 2008 um Seguro que se traduz num investimento financeiro a 10 anos, com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira. Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 118.813,00 Euros, tendo sido utilizado o montante de 648.004,00 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL 103112068) para reforço do fundo para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Este Seguro vence juros de 3,5% ao ano. Adicionalmente o Seguro tem uma remuneração indexada à rentabilidade da própria Companhia de Seguros.

15.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2012	2011
Fornecedores conta corrente		
Nacionais	12.751.707,41	10.101.061,89
Estrangeiros	74.265,82	176.240,52
Empresa Mãe	311.887,74	317.450,32
Fornecedores recepção e conferencia	469.372,72	785.270,81
	13.607.233,69	**11.380.023,54**
Adiantamentos a fornecedores		
Nacionais	327.497,43	509.115,07
Estrangeiros	7.650,78	37.045,68
	335.148,21	**546.160,75**

15.4 Outras contas a pagar

As Outras Contas a Pagar discriminam-se como segue:

	2012	2011
Outras Contas a Pagar – Não Correntes		
Outros Activos Financeiros	2.573.005,81	3.093.602,81
Outras Contas a Pagar – Correntes		
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	5.049,52	-
Remunerações a liquidar - férias e subsídio de férias	1.362.835,67	1.421.080,65
Prestadores de Serviços	100.000,00	100.000,00
Trabalhos Especializados	40.000,00	40.000,00
Comissões	2.005.292,76	2.144.863,98
Obras Internas	1.212.921,04	734.810,80
Outros	1.902.899,98	973.724,50
Agentes	46.885,38	45.543,08
Outros devedores e credores		
Pessoal - Gratificações de Balanço	1.000.000,00	940.000,00
Diversos	31.756,16	27.569,23
	7.707.640,51	**6.427.592,24**

15.5 Capital Social

As quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização são as indicadas no quadro seguinte.

	2012	2011
Capital Social nominal emitido	5.000.000,00	5.000.000,00
Capital Social nominal emitido e realizado		
NAVIVESSEL, ESTUDOS E PROJECTOS NAVAIS, S.A.	3.641.370,00	3.641.370,00
THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS AG	-	1.000.000,00
THYSSENKRUPP MARINE SYSTEMS GMBH	1.000.000,00	-
ESTADO PORTUGUÊS	-	148.330,00
PARPÚBLICA, PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.	148.330,00	-
PÚBLICO (OPT)	210.300,00	210.300,00
	5.000.000,00	**5.000.000,00**
Capital por realizar	-	-

O Capital Social é representado por 1.000.000 Acções Nominativas, com valor nominal de 5,00 Euros cada.

15.6 Garantias

Os activos financeiros dados em garantia, em penhor ou promessa de penhor como colateral são os seguintes:

Entidades	M/BCP	M/BCP	M/BCP	M/BCP	M/BCP
Moeda	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Montante	55.660,96	100.000,00	522.161,33	24.939,90	55.660,96
Beneficiário	Alfândega de Lisboa	Alfândega de Setúbal	Ch.Serv.FIN. Setúbal 1	Alfândega de Lisboa	NNPC Nigerian Nat. P. Corp

15.7 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas actividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objectivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objectivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efectuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A Empresa não tem financiamentos, pelo que não está sujeita ao risco de taxa de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultado de alterações nas taxas de câmbio.

A internacionalização da Empresa obriga-a a estar exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas de diferentes países.

A exposição ao risco de taxa de câmbio resulta fundamentalmente das actividades operacionais da Empresa (em que os gastos, rendimentos, activos e passivos são denominados em moedas diferentes da moeda de relato). No entanto, as transacções e saldos em moeda estrangeira são imateriais.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades operacionais – Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a Clientes e Outras Contas a Receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados;
- Para clientes novos, com pouca antiguidade de relação com a Empresa, são pedidos pagamentos antecipados de parte da encomenda efectuada;
- A Empresa tem em vigor um seguro de crédito.

16. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2012	2011
Remunerações dos Órgãos Sociais	827.602,80	776.915,80
Remunerações do Pessoal	9.283.507,26	10.315.412,88
Outros Remunerações		
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	1.987.054,29	2.148.931,43
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	213.330,62	233.394,11
Gastos de acção social	1.173.412,78	862.205,27
Outros gastos com o Pessoal	695.887,51	319.103,02
	14.180.795,26	**14.367.269,79**

A Empresa constituiu em 2008 uma Apólice (OEXL103112067) que se traduz num investimento financeiro a 10 anos (nota 15.2), com o objectivo de maximizar a sua rentabilidade financeira, o qual em 31-12-2012 ascende a 2.874.348 Euros (2011: 3.403.528 Euros, 2010: 4.448.307 Euros e 2009: 5.360.955 Euros).

Este investimento teve no ano corrente um rendimento financeiro de 118.813 Euros, tendo sido utilizado o montante de 648.004 Euros por transferência para a Apólice de Seguro (OEXL103112068) para cobertura das responsabilidades por serviços passados mais o ano seguinte.

Estas responsabilidades, após dedução do montante desta última Apólice em 31-12-2012 (6.490.311 Euros) ascendem a 2.573.006 (2011: 3.093.603 Euros, 2010: 4.161.231 Euros e 2009: 5.360.973 Euros). Os valores atrás indicados, suportados por estudo técnico elaborado por entidade independente, tomaram em consideração as adequadas variáveis.

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Saldo a receber		
Imposto sobre o rendimento	-	1.297.371,77
IVA	2.752.191,13	1.239.504,58
	2.752.191,13	**2.536.876,35**
Saldo a pagar		
Imposto sobre o rendimento	399.896,03	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	154.467,44	154.936,12
Contribuição para a Segurança Social	196.118,50	206.409,39
	750.481,97	**361.345,51**

17.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	105.922,03	88.349,23
Contrato publicidade	3.223,75	3.315,55
Outros Gastos	40.164,14	12.360,26
	149.309,92	**104.025,04**
Rendimentos a reconhecer		
Outros	-	-
	-	**-**

17.3 Reservas e Resultados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	**1.398.173,26**	**17.148.100,76**	**11.970.158,02**	**30.516.432,04**
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(10.500.000,00)	-	(10.500.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	11.970.158,02	(11.970.158,02)	-
Resultado do ano	-	-	5.214.356,96	5.214.356,96
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**1.398.173,26**	**18.618.258,78**	**5.214.356,96**	**25.230.789,00**
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	**1.398.173,26**	**18.618.258,78**	**5.214.356,96**	**25.230.789,00**
Constituição da Reserva legal	-	-	-	-
Dividendos	-	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	5.214.356,96	(5.214.356,96)	-
Resultado do ano	-	-	4.985.207,39	4.985.207,39
Outros	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**1.398.173,26**	**19.832.615,74**	**4.985.207,39**	**26.215.996,39**

17.4 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Subcontratos	33.096.950,50	31.241.845,06
Trabalhos especializados	2.181.050,77	1.624.199,32
Publicidade e propaganda	129.010,01	98.682,21
Vigilância e segurança	435.907,26	454.224,11
Honorários	420.990,07	491.725,58
Comissões	1.523.502,80	1.731.517,96
Conservação e reparação	3.924.926,14	4.159.424,60
Ferramentas e utensílios	208.738,07	114.137,47
Livros e documentação técnica	29.753,90	28.116,04
Material de escritório	63.415,55	60.186,72
Artigos para oferta	60.077,65	57.542,89
Electricidade	2.318.574,14	1.908.811,78
Combustíveis	1.102.909,06	1.075.308,20
Deslocações e estadas	193.111,47	183.505,33
Transportes de Pessoal/Mercadorias	1.022.575,51	1.013.615,98
Rendas e alugueres	4.680.129,35	5.018.317,39
Comunicação	119.122,37	133.279,43
Seguros	1.358.871,48	1.423.364,39
Royalties	39.511,46	38.377,56
Contencioso e notariado	2.358,69	3.762,29
Despesas de representação	139.682,59	167.531,81
Limpeza, higiene e conforto	310.030,72	301.465,78
Outros	2.060.204,56	2.328.041,78
	55.421.404,12	**53.656.983,68**

17.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Rendimentos Suplementares		
Outros	350.016,59	379.294,98
Descontos de pronto pagamento obtidos	98.117,95	167.291,73
Ganhos em Inventários	82.930,95	130.950,66
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações	-	-
Outros	43.940,04	51.134,06
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Diferenças de Câmbio favoráveis	-	4.717,56
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	782.581,70	963.299,83
Excesso da estimativa para Impostos	3.023,91	479.507,90
Outros não especificados	43.769,25	20.968,49
Juros Obtidos		
De Depósitos	1.119.887,52	1.431.807,99
Outros Rendimentos Similares	**189.309,29**	**162.348,26**
	2.713.577,20	**3.791.321,46**

17.6 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Impostos	104.431,51	61.675,98
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	37.323,23	21.393,26
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates (Notas 7 e 8)	-	408,33
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	179.189,21	169.484,85
Donativos	84.595,21	144.800,00
Quotizações	72.647,72	72.978,25
Insuficiência de estimativa para impostos	-	165,00
Insuficiência de estimativa para Subs. Férias	206.770,34	191.147,10
Multas e penalidades		
Multas não fiscais	310,29	53,95
Multas fiscais	-	-
Outros	7.897,24	25.370,88
Juros Suportados		
Juro saldo credor	-	-
Juros mora e compensatórios	24,48	9,41
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outras	12.608,86	1.826,19
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Outros	50.505,39	63.631,23
	756.303,48	**752.944,43**

17.7 Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2012	2011
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento	-	-
Activos Fixos Tangíveis	688.826,42	709.875,73
	688.826,42	**709.875,73**
Reversões de depreciações e amortizações	-	-
	688.826,42	**709.875,73**

18. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as Demonstrações Financeiras estão autorizadas para emissão foi 21 de Fevereiro de 2013.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.

Não existem quaisquer acontecimentos entre a data do Balanço e a data de autorização para emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes Demonstrações Financeiras.

19. Outras informações exigidas por Diplomas Legais

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade, Eng. José António Leite Mendes Rodrigues e Dr. Nelson Nunes Rodrigues, são titulares indirectos e por via do n.º 2 do mesmo artigo, de 364.137 Acções cada, por via da Navivessel - Estudos e Projectos Navais, S.A. e da Navalset – Serviços Industriais e Navais, S.A..

Em relação ao Órgão de Fiscalização da Sociedade, informa-se que este não se encontra em qualquer das situações previstas no corpo deste Artigo.

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do Exercício, e segundo os registos da Sociedade, são titulares de 72,83% e de 20,00% do Capital Social da Lisnave, respectivamente os seguintes Accionistas:

- Navivessel – Estudos e Projectos Navais, S.A., S.A
  Titular de 728.274 Acções.
- Thyssenkrupp Marine Systems GmbH
  Titular de 200.000 Acções.

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 artigo n.º 66 A do Código das sociedades Comerciais, informamos que não existem operações excluídos do Balanço.

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 2 de artigo n.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se do detalhe dos honorários totais facturados, no Exercício 2012, pelo Revisor Oficial de Contas:

	2012	2011
Honorários	25 200,00	25 200,00
Consultoria	3 150,00	4 200,00

Os cargos desempenhados pelos Administradores da LISNAVE, em outras Sociedades discriminam-se como segue:

Administradores	Empresas	Cargos Desempenhados
José António Leite Mendes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Presidente C. Administração
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Nelson Nunes Rodrigues	Navivessel, S.A.	Administrador
	Navalset, S.A.	Administrador
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Presidente C. Administração
	Repropel, Lda	Gerente
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Aloísio Fernando Macedo da Fonseca	Metrocom, S.A.	Director-Geral
Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger	Lisnave Internacional, S.A.	V/ Pres. C. Administração
	Dakarnave, S.A.	Presidente C. Administração
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Direcção
	C.P.S. – Comunidade Portuária Setúbal	Presidente Direcção
	C.I.P. – Conf. da Indústria Portuguesa	Vogal Mesa A. Geral
	A.F.E.E.M. – Assoc. Fórum Emp. Econ. Mar	Membro Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Vice-Presidente Direcção
João Rui Carvalho dos Santos	Navivessel, S.A.	Administrador
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Dakarnave, S.A.	Administrador
	NavalRocha, S.A.	Administrador
	Gaslimpo, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente Conselho Fiscal
	Associação das Indústrias Navais	Vice-Presidente Direcção
	Fename – Fed. Nacional do Metal	Presidente C. Fiscal
	LisnaveYards, Lda.	Gerente
Manuel Serpa Leitão	Navivessel, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Lisnave Infraestruturas Navais, S.A.	Administrador-Delegado
	Gaslimpo, S.A.	Presidente C. Administração
	Tecor, S.A.	Presidente Mesa A. Geral
	Rebocalis, Lda.	Presidente
	Lisnave Internacional, S.A.	Administrador
	Fundenav – Fundo Des. Eng. Tec. Naval	Presidente da Direcção
	Associação das Indústrias Navais	Presidente Mesa A. Geral

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2012

Senhores Accionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Anexo e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2012, vem apresentar o seu Relatório e Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas..

2. O Conselho Fiscal acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da Lisnave, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu à verificação e análise da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.

3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos, que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, complementadas com o exposto no relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados de acordo com as orientações constantes do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Em documento separado o vogal Revisor Oficial de Contas procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, Parecer que merece a concordância do Conselho Fiscal e deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.

5. O Conselho de Administração no Relatório de Gestão que elaborou explicita a forma como se processou a actividade no exercício de 2012, num contexto de acentuada redução da taxa de crescimento do comércio mundial, fortemente influenciado pelos efeitos da generalizada crise da economia internacional e seus consequentes efeitos no agravamento das baixas das taxas de frete em todos os segmentos de mercado e com impacto directo no mercado da Reparação Naval.

6. A actividade da Lisnave no exercício, que continua a ser exercida em condições de mercado adversas, atingiu um nível de desempenho globalmente positivo, expresso por:

- nível de trabalho médio obtido para os 101 navios reparados, sensivelmente da mesma ordem do registado no ano anterior;
- as 96 encomendas geradas no exercício (menos cerca de 12% que em 2011) traduziram-se numa melhoria da relação consultas/encomendas/taxa de sucesso de 18% para 20%;

▶ manutenção da posição de destaque da Lisnave no mercado da Reparação Naval a nível mundial e da sua vocação essencialmente exportadora, traduzida em vendas para o mercado externo de 79,4 milhões de euros;

▶ Resultado Líquido positivo de 4.985 milhares de euros.

7. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
▶ o volume global das Vendas e Serviços prestados, de 82,6 milhões de euros, em cerca de 3,4% superior ao correspondente valor de 2011;
▶ o peso dos Gastos com o pessoal da ordem de 14,2 milhões de euros, representando 18,3% do total dos Gastos de exploração;
▶ o valor alcançado pelos Resultados Operacionais, da ordem de 7,8 milhões de euros, representando 9,4% do total dos Rendimentos de Exploração;
▶ o bom desempenho da função financeira global, positivo em 1,3 milhares de euros;
▶ o "Cash-flow" gerado no exercício de 6,3 milhões de euros;
▶ a manutenção de favoráveis indicadores de gestão, económicos e financeiros.

8. Face ao exposto, e como consequência das análises e acções de fiscalização desenvolvidas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, assim como as referências constantes do seu Relatório, e tendo também presente as reservas que se colocam para o ano de 2013, quanto à procura de Reparação/ Manutenção Naval, vem, em conclusão, emitir o seguinte

PARECER

A) que o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício sejam aprovados;
B) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de € 4.985.207,39, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

O Conselho Fiscal

Presidente
Francisco José da Silva

Vogal
Maria Isabel Louro Caria Alcobia

Vogal
Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2012

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras anexas da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.», que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 62.519,4 milhares de euros e um total de capital próprio de 31.216,0 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.985,2 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo do exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da «Lisnave - Estaleiros Navais, S.A.» em 31 de Dezembro de 2012 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

Joaquim Patrício da Silva (ROC N.º 320)
em representação de PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, N.º 21

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE ACCIONISTAS DE 22 DE MARÇO DE 2013 RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO EXERCÍCIO DE 2013

Aos vinte e dois dias do mês de Março de dois mil e treze, pelas onze horas, reuniu na Sede da Sociedade, a Assembleia Geral Anual da Lisnave - Estaleiros Navais, S.A..
Assumiu a direcção dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Sr. Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins, coadjuvado pelo Vice-Presidente Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro e pelo Secretário da Mesa Dr. Manuel Joaquim Rodrigues.
O Presidente da Mesa confirmou, ainda, através do respectivo mapa de presenças, que se encontravam presentes e devidamente representados os seguintes Accionistas, titulares de acções, com direito a voto:

- Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S. A., representada pelo Sra. Dra. Ana Rita Martins Rodrigues Eusébio, titular de 728.274 (Setecentas e vinte e oito mil e duzentas e setenta e quatro) acções, representativas de 72,82% (Setenta e dois vírgula oitenta e dois por cento) dos votos;
- Thyssenkrupp Industrial Solutions AG, representada pelo Sr. Dr. Walter Klausmann, titular de 200.000 (Duzentas mil) acções, representativas de 20% (Vinte por cento) dos votos;
- Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A., representada pelo Sr. Dr. Carlos Durães da Conceição, titular de 29.666 /Vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e seis) acções, representativas de 2,96% (Dois vírgula noventa e seis por cento) dos votos;
- Sr. Manuel Sousa Pereira, titular de 1.100 (Mil e cem) acções, representativas de 0,11% (Zero vírgula onze por cento) dos votos;
- Sr. João Alexandre Dinis de Sousa, titular de 10.000 (Dez mil) acções, representativas de 1% (Um por cento) dos votos.

... estavam igualmente presentes os membros do Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal da Sociedade.

Ponto Um Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2012
O Presidente da Mesa, ... submeteu a votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2012, documentos que foram aprovados por unanimidade.

Ponto Dois Deliberar sobre o Relatório do Conselho Fiscal
..., o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o Relatório do Conselho Fiscal, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto Três Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados
..., o Sr. Presidente informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta de Aplicação dos Resultados, subscrita pelo Conselho de Administração, que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta de Aplicação de Resultados
Tendo-se verificado uma "performance" no Exercício de 2012, que conduziu a um resultado que justifica conceder uma Gratificação aos Trabalhadores, o Conselho de Administração decidiu atribuir uma Gratificação de Balanço.
Desta forma, propõe aos Senhores Accionistas:

▶ Que seja ratificada a decisão do Conselho de Administração, de atribuir uma Gratificação de Balanço à generalidade dos Trabalhadores da Empresa, no montante de € 1.000.000,00 (Um milhão de Euros), já incluída no Resultado Líquido do Exercício e que,
▶ Ao resultado líquido do Exercício, no montante de € 4.985.207,39 (Quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sete Euros e trinta e nove cêntimos), seja dada a seguinte aplicação:

Dividendos	4.000.000,00 Euros;
Resultados Transitados	985.207,39 Euros.

Mitrena, 22 de Março de 2013
O Conselho de Administração"

..., o Presidente pôs a mesma a votação, a qual foi igualmente aprovada por unanimidade.

Ponto Quatro Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade
..., o Presidente da Mesa informou que tinha dado entrada na Mesa uma Proposta, subscrita pelo Accionista Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., que passou a ler em voz alta, cujo teor era o seguinte:

"Proposta
A Navivessel, Estudos e Projectos Navais, S.A., considerando a forma competente e eficiente como os titulares dos Órgãos Sociais da Empresa têm vindo a desempenhar os respectivos Mandatos, designadamente durante o exercício de 2012, propõe que seja aprovado, por esta Assembleia Geral, um voto de louvor aos Conselhos de Administração e Fiscal da Lisnave, Estaleiros Navais S.A..

Caparica, 22 de Março de 2013
O Representante do Accionista Navivessel"

Apresentada a votação, esta proposta, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto Cinco Proceder à eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o Quadriénio 2013-2016

"Proposta

MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS MANDATO: QUADRIÉNIO 2013-2016

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Vice-Presidente:
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

Secretário:
Dr. Manuel Joaquim Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente:
Engº. José António Leite Mendes Rodrigues
Vogais:
Dr. Nelson Nunes Rodrigues
Dr. Aloísio Fernando Macedo da Fonseca
Engº. Frederico José Ferreira de Mesquita Spranger
Engº. Peter Luijckx
Dr. João Rui Carvalho dos Santos
Engº. Manuel Serpa Leitão

CONSELHO FISCAL
Presidente:
Sr. Francisco José da Silva
Vogais:
Dra. Maria Isabel Louro Caria Alcobia
"Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC"
– representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva
Suplente:
Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos – ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE
Dr. Carlos Fernando Soares Pinheiro

COMISSÃO DE VENCIMENTOS
Presidente:
Dr. Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins
Secretário:
Dr. Walter Klausmann

Mitrena, 15 de Março de 2013
(A Administração)"

Perguntados os Senhores Accionistas e porque nenhum pretendeu usar da palavra, o Presidente pôs à votação aquela proposta, que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente sessão, da qual vai ser lavrada a correspondente acta, que vai ser assinada pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário da Mesa.

DELEGAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Alemanha
Zoepffel & Shneider GMBH
Hamburgo
Tel.: + 49 40 879785-0
Fax: + 49 40 879785-20

Arábia Saudita
The Reda Establishement
Alkhobar
Tel.: + 966 3 889 04 46
Fax: + 966 3 889 04 47

Brasil
Quilha Engenharia Naval e Representações
Rio de Janeiro
Tel.: + 55 21 253 9 3023
Fax: + 55 21 228 6 6874

Canadá
Wisepool Enterprises Ltd
(Transma Agents)
Vancouver
Tel.: + 1 604 272 18 73
Fax: + 1 604 272 18 43

Chipre
WSR – Services, Ltd.
Limassol
Tel.: + 357 25 34 44 18
Fax: + 357 25 34 44 19

Emiratos Arábes
Caribbean Trading Co LLC
Sharjah
Tel.: + 97 16 533 6334
Fax: + 97 16 533 6553

Espanha
Medco Shipbrokers, S.L.
Madrid
Tel.: + 34 91 431 52 35
Fax: + 34 91 575 05 00

França
MCC Marine Ltd.
Dorset
Tel.: + 44 1202 709090
Fax: + 44 1202 701010

Grécia
Resolute Maritime Service
Atenas
Tel.: + 30 211 182 90 00
Fax: + 30 211 182 90 02

Holanda/Belgica/Luxemburgo
Esma Marine Agencies BV
Amsterdão
Tel.: + 31 20 31 21 350
Fax: + 31 20 696 69 00

Hong-Kong/Rep. China/Taiwan
Transma Limited
Wanchai
Tel.: + 852 28 611 623
Fax: + 852 28 613 901

Índia
Nautilus International
Mumbai
Tel.: + 91 22 2284 0878
Fax: + 91 22 2202 0452

Itália/Mónaco/Suíça
Cambiaso & Risso SRL
Génova
Tel.: + 39 010 571 41
Fax: + 39 010 530 154

Japão
AALL and Company Ltd.
Tóquio
Tel.: + 81 3 5283- 7743
Fax: + 81 3 5283- 7784
Ehime
Tel.: + 81 898 32 3811
Fax: + 81 898 32 3820

Noruega
Ulrik Qvale & Parteners
Oslo
Tel.: + 47 22 51 16 16
Fax: + 47 22 51 16 08

Países Bálticos/Rússia/Ucrânia/Georgia/Lituânia/Azerbeijão
ZAO Ibérica
Moscovo
Tel.: + 7 916 555 21 20
Fax: + 7 499 500 80 33

Reino Unido/Irlanda
Calvey marine Limited
West Sussex
Tel.: + 44 1 903 748860
Fax: + 44 1 903 743390

Singapura/Malásia/Tãilandia
C.C. Ship Repair & Services Pte Ltd.
Singapura
Tel.: + 65 633 866 67
Fax: + 65 633 810 11

Suécia
A.B. August Leffler
Gotemburgo
Tel.: + 46 31 61 61 66
Fax: + 46 31 61 60 17

Turquia
Intay - Tek Teknik Hizmetler Ltd. Skt.
Istambul
Tel.: + 90 212 297 73 86
Fax: + 90 212 297 73 87

U.S.A. / Canadá
East Coast Marine Alliance LLC
Norwalk
Tel.: + 1 203 866 411 0
Fax: + 1 203 866 416 1

Venezuela
Kort Consulting XXI, C.A.
Caracas
Tel.: + 58 212 239 84 08
Fax: + 58 212 239 33 20